



**MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**ATA N.º08/2022**





OK  
w

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
FREIXO DE ESPADA À CINTA  
REALIZADA NO DIA VINTE E  
DOIS DE ABRIL DO ANO DE  
DOIS MIL E VINTE E DOIS.**

----- No dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Prof.<sup>a</sup> Ana Luísa Peleira, Prof. Rui Pedro Madeira Vicente e Eng. Ricardo José Sapage Madeira. -----

Registou-se a falta do Senhor Vereador, Fernando António da Silva Rodrigues, por motivos de saúde. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo nove horas e trinta minutos, o Excelentíssimo Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----**

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Bom-dia. Antes de entrarmos na reunião propriamente dita, dar aqui uma pequena informação. Recebi um telefonema do Vereador Fernando Rodrigues a dar nota de que, por motivos de saúde, também o mesmo foi infetado com o COVID-19, está impedido de estar presente hoje. Claro que



WR

está mais do que justificado, apesar de o mesmo ter enviado o comprovativo. Não seria necessário para nós justificarmos essa mesma ausência. Aliás, deixem-me apenas recordar que num passado bem recente, quando um Vereador de Oposição teve também COVID, tentou-se passar por cima de todos, trazendo pontos para aprovar à revelia e à força toda, obrigando a serem tomadas medidas drásticas na altura. À data de hoje fazemos precisamente o contrário: quando um Vereador não está pelos motivos apresentados, não trazemos pontos daqueles que mereciam ser debatidos ainda mais exaustivamente. Está mais do que justificada a falta, ninguém anda aqui atrás de ninguém. É desta forma que iremos sempre tratar os Vereadores da Oposição - com o máximo respeito, solidariedade e, acima de tudo, com sentido de estado.

Posto isto, passamos ao período de antes da ordem do dia. Questionava o Senhor Vereador da Oposição se tem algo a dizer?

#### **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ENG.º RICARDO MADEIRA.** -----

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Senhor Presidente, eu queria só dar duas notas. Uma delas era dar seguimento às suas palavras relativamente ao estado de saúde do Vereador Fernando Rodrigues, atendendo à falta dele hoje, e também pela circunstância dos assuntos que hoje debatemos. É pena ele não estar presente, mas, em virtude de ter contraído COVID-19 está mais do que justificada a sua ausência e desejar-lhe uma boa recuperação, que compareça nestas reuniões de Câmara o mais breve possível.

Outra nota, Senhor Presidente. Queria agradecer-lhe o convite que me endereçou relativamente às Comemorações do 25 de Abril, dado que na próxima segunda-feira irão ser celebrados os quarenta e oito anos do dia da liberdade em Portugal, e que assim continuemos por longos e bons anos. Acontece que não vou poder estar presente nessas Comemorações em virtude de compromissos familiares, já anteriormente assumidos há algum tempo. Mas quero desde já realçar o facto e agradecer ao Senhor Presidente o convite e também desejar a todos um bom dia da liberdade, um bom dia do 25 de Abril.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----**

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem, registamos essas duas notas.

Da primeira nota, e falo por todo o Executivo, enviar os votos das rápidas melhoras ao Vereador Fernando, pela sua condição de saúde. Também dar aqui uma pequena nota. De facto era bom que o Vereador Fernando estivesse nesta reunião, que é a reunião dele e do Eng.º Ricardo também (porque trabalhou diretamente com o anterior executivo), já que isto reporta ao anterior Executivo e ao relatório de Prestações de Contas do anterior Executivo e por isso hoje faria mais do que nunca sentido o mesmo estar aqui, para prestar contas sobre aquilo que entendesse prestar contas. Mas, por motivos de saúde, o mesmo não pode estar. Aquilo que não iremos fazer, tal como referi anteriormente, é estar aqui a debater exaustivamente, uma vez que ele não está presente. Falaremos apenas o normal, quando chegarmos a esse ponto, dada a situação.

Em relação ao convite, o mesmo foi endereçado quer aos Senhores Vereadores, quer a todos os membros das bancadas dos Deputados Municipais (da bancada do PS e da bancada do PSD), quer a todos os Presidentes de Junta, porque entendemos que o 25 de Abril, ao contrário do que se fez nos últimos anos aqui nesta Câmara, deve ser extensível a todos os membros que compõem a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Porque é isso que a democracia exige. Há diferenças de opiniões, mas acima de tudo há democracia e daí o convite ser endereçado a todos. É com grande orgulho e sentido de responsabilidade que o fizemos e que iremos sempre continuar a fazê-lo. Porque para nós a Oposição não é uma afronta - são apenas pessoas com ideais diferentes das nossas. As pessoas a debaterem-se e a falarem é que conseguem sempre levar isto a bom porto. Nesse sentido, irão ser celebrados os quarenta e oito anos do 25 de Abril, na próxima segunda-feira – com o Hastear da Bandeira, às onze da manhã, com a presença da Banda de Musica de Freixo de Espada à Cinta; depois, haverá um almoço com todos os membros que foram convidados e, à tarde, decorrerão os discursos no Auditório Municipal e o emblemático filme “Salgueiro Maia – O Implicado”, que estreou há pouco a nível nacional e que retrata bem aquilo que se passou na época. Por isso, o 25 de Abril é sempre para ser levado em conta, com responsabilidade e mais do que nunca, até pelo período que o mundo está a viver (ainda ontem o Presidente Zelensky da Ucrânia, discursou no Parlamento de Portugal – isto mostra que vivemos num estado democrático).



Posto isto, passamos então ao período de antes da ordem do dia. Como é prática comum, o Executivo informa sempre daquilo que tem realizado nos últimos quinze dias. Neste caso, será dada informação sobre praticamente a última semana, uma vez, que houve alteração na data da reunião de Câmara e a de hoje ocorre então mais cedo do que o habitual.

O primeiro ponto prende-se com a nossa participação na Feira Medieval de Torre de Moncorvo, onde estive presente eu e também o Vereador Pedro Vicente, num almoço institucional que decorreu nessa vila. Tivemos oportunidade de verificar a envolvência que esse evento tinha e também verificar que Freixo de Espada à Cinta não precisa de fazer cópias baratas de nenhuma Feira Medieval. Bem pelo contrário: aquilo que devemos fazer é ter identidade própria, que a temos, para levar a bom porto aquilo que é necessário fazer. Registámos com agrado a afluência que Torre de Moncorvo teve durante o período do fim-de-semana. Na sexta-feira tiveram azar com o tempo, mas no sábado e no domingo tiveram bastante gente. Por consequência, as pessoas que não tiveram alojamento em Torre de Moncorvo tiveram que se deslocar para Freixo de Espada à Cinta, nomeadamente, para os nossos alojamentos, como é o caso do Hotel e isso é sempre bom para nós. Se todos os Concelhos à nossa volta trabalharem bem, Freixo também vai sempre tirar, inevitavelmente, dividendos deste tipo de eventos, rececionando pessoas nos alojamentos do concelho. Tal como, Freixo quando trabalha bem, os outros Concelhos também usufruem disso mesmo, como foi o caso, mais recentemente, do Race Nature.

Um segundo ponto; dar nota da divulgação do Executivo, na minha pessoa e juntamente com o Presidente da CIMDOURO, à CCDDR-Norte, para falar precisamente do Centro de Saúde. Foi uma reunião bastante extensa, teve a duração de cerca de duas horas, e eles partilharam pontos que levaram a pontos de discórdia e de reivindicação da nossa parte. Porque continuamos a batalhar pela reabertura do Centro de Saúde até à meia-noite e também sobretudo mostrar o porquê disso mesmo. Começou-se a “partir pedra”, que é mesmo o termo. Aquilo que já possivelmente vamos conseguir é que efetivamente seja uma realidade, ficando, como anteriormente, um médico à chamada entre as dez e a meia-noite, estando dessa forma o Centro de Saúde aberto. Está em fase negocial e também está em fase negocial haver a possibilidade da colocação de uma SIV também em Freixo de Espada à Cinta. Por isso, está a dar frutos esta batalha e não vamos abdicar dela. O próximo passo é reunir novamente com ULS-Nordeste e depois com o Ministério da Saúde, para ultimar este mesmo



OK  
WZ

pormenor. Tivemos também o ónus de saber que havia uma premissa que vai no Orçamento de Estado e que permite, desde que haja condições de interioridade para justificar, essa mesma abertura até às vinte e quatro horas. É essa justificação que temos estado a utilizar. Claro que podem alegar sempre que não há recursos, mas também nós propusemos, para suprir essa falta, a comparticipação do Município e entendemos que a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional deve também participar, tal como o Ministério da Saúde e o Ministério da Coesão Territorial. Por isso, não iremos abdicar disso. Deixar aqui um reconhecimento público também ao Presidente da CIM, o Dr. Carlos Santiago, porque foi um parceiro estratégico e defendeu também a posição do Município de Freixo de Espada à Cinta. Há algo que fique bem perentório, é que esta nossa tomada de posição não vai beneficiar apenas Freixo de Espada à Cinta - nós temos a noção que vai beneficiar possivelmente a nível nacional e a larga escala também outros Municípios. A nós compete-nos defender Freixo de Espada à Cinta, mas se os outros, por consequência, puderem ter também esse serviço, por nós será ótimo.

Dar também nota da ida a Barcelos, em representação da CIMDOURO, uma vez, que estou a acompanhar o processo de descentralização. Esta reunião de Barcelos, prendeu-se precisamente, com a desclassificação quer de Mirandela, quer de Macedo de Cavaleiros, na CIM Terras-de-Trás-os-Montes, como pontos focais a nível nacional e também do combate que está a ser levado a cabo. Foi uma reunião bastante profícua, onde também expressamos as nossas posições, quer também sobre Freixo de Espada à Cinta, sobre a interioridade e sobre as verbas que são alocadas para os territórios, porque é, por vezes, incompreensível como é que em candidaturas se atribui de PARU, entre outros, verbas completamente avultadas a cidades e depois aos pequenos Concelhos são migalhas. Nós não estamos aqui a mendigar nada, nem nunca iremos mendigar nada. Tem de vir para cá aquilo que é de direito para Freixo de Espada à Cinta. É isso que afirmámos nesta reunião, que teve a participação do Município de Barcelos, do Município de Penafiel, entre outros, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, teve também o Presidente da CIM Terras-de-Trás-os-Montes, Dr. Jorge Fidalgo, esteve também o Dr. Carlos Santiago, esteve o Presidente de Lamego, esteve também o Secretário da CIM e estiveram também outros autarcas.

Falar também num quarto ponto, nomeadamente da reunião que foi levada aqui a cabo com a E-Redes, nomeadamente, com o Senhor Eng.º Alcino Monteiro, onde frisámos a questão das verbas que são alocadas para



OK  
WR

Freixo de Espada à Cinta, que recebemos de três em três meses, que reivindicamos mais ainda daquilo que seria possível. Neste momento, está em bom porto e também a substituição das iluminarias que iremos ter setenta por cento, durante este ano, de lâmpadas LED's, vamos caminhar já para os setenta por cento. Também há um ponto que nós estamos a começar e iremos também trabalhar ao máximo, que é da questão da Barragem de Saucelle. Achamos incompreensível como é que o Município de Freixo de Espada à Cinta não recebe qualquer verba alocada sobre a Barragem de Saucelle e que dessa forma não pode ser. Miranda do Douro recebe, Mogadouro recebe, aquilo que o Município de Freixo de Espada à Cinta, aquilo que nós temos estado a trabalhar, recebemos treze mil euros que é da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, recebemos três mil e pouco que é do Pocinho, mas desta que está aqui ao nosso lado, não recebemos nada. Teremos que ver e ter informações, que já tivemos oportunidade de solicitar. Esta reunião terá que ser tida com o Primeiro-Ministro, António Costa e também com o Ministro do Ambiente, para saber o convénio que foi assinado entre os dois países e saber qual a hipótese de irmos buscar verbas para Freixo de Espada à Cinta, mas não iremos deixar de trabalhar sobre este assunto porque entendemos que está na hora de Freixo receber sobre a Barragem de Saucelle. Não faz sentido nenhum, não recebermos nenhuma verba alocada dali. Não sei se o senhor Eng. Ricardo quer intervir?

**INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ENG.º RICARDO MADEIRA. -----**

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Concordo plenamente com as suas palavras, Senhor Presidente, que isso é uma circunstância de verdadeira injustiça para com Freixo de Espada à Cinta. Daí estar de acordo consigo e com a sua reivindicação.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----**

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Obrigadíssimo Senhor Vereador. Vamos continuar sobre isso e não o iremos deixar, sei que estamos a criar algum incómodo com estas questões, mas o incómodo passa-nos completamente ao lado e estamos aqui para defender Freixo de Espada à Cinta e é isso que iremos continuar a fazer.



AK  
WR

Dar nota de um quinto ponto: estivemos presentes em Miranda do Douro, na Feira da Bola Doce e dos produtos da terra de Miranda, e onde o Executivo camarário foi objeto de elogios por parte da autarca de Miranda perante todos os autarcas presentes, o que nos deixa a nós, não envaidecidos, mas a saber que estamos a fazer o trabalho correto e é bom quando Freixo começa a ser um exemplo para os outros Municípios. Ainda bem que assim é. Tivemos também oportunidade de ver que este evento também retomou, após anos de pandemia, que é um evento que tem pernas para andar, mas, acima de tudo, mostrar que a solidariedade territorial tem de existir perante todos. Nem se trata de partidos - trata-se de reafirmar uma região como um todo. E se quer a CIM Terras-de-Trás-os-Montes, quer a CIMDOURO falar a uma só voz, é muito mais forte para reivindicar junto do Governo Central e para assumir as posições do nosso território. É essa a forma que entendemos e é dessa forma que estamos a trabalhar.

Sexto ponto - dar aqui nota da reunião tida com a Fundação Guerra Junqueiro, na pessoa do Senhor Dr. Manuel Cavaleiro Ferreira e que se prendeu, precisamente, com as comemorações do centenário de Guerra Junqueiro, que nós queremos levar a cabo e também a Fundação. Dizer que aquilo que a Fundação pretendia, a Câmara Municipal já está a fazer, aliás deu também sugestões sobre aquilo que pretendemos levar a cabo a larga escala e dar-lhe a importância devida, à Fundação Guerra Junqueiro e a Guerra Junqueiro, nomeadamente, o prémio institucional, também a FFIL sobre Guerra Junqueiro e também a atribuição dos prémios, que são para levar e ser entregues nos países de lusofonia. Dar também nota sobre aquilo que pode vir da Fundação Guerra Junqueiro, também para Freixo de Espada à Cinta, porque Freixo em relação às fundações e não é só com a de Guerra Junqueiro, também é com a Fundação Jorge Álvares, também tem dinheiro alocado e que eu me recorde, embora seja bastante novo ainda, mas que eu me recorde nunca veio dinheiro nenhum destas fundações para Freixo de Espada à Cinta. Está na altura de vir, daquilo que eu tenho informações da Fundação Jorge Álvares, são alguns milhões que têm alocados e que para aqui nunca veio nada. Iremos também realizar aqui uma reunião, durante este verão, com a Fundação Jorge Álvares, para trabalhar sobre isso mesmo. Sobre esta Fundação Guerra Junqueiro, a Vice-Presidente da Câmara tem oportunidade de explicar grande parte do que vai ser levado a cabo, sobre o concurso literário juvenil. Aliás, sobre este ponto até passava à Vice-Presidente, para dar algumas breves notas sobre aquilo que vamos levar a cabo sobre a questão de Guerra Junqueiro. Passava-lhe então a palavra.



**INTERVENÇÃO DA SENHORA VICE-PRESIDENTE PROF.ª ANA LUÍSA PELEIRA.** -----

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente Prof.ª Ana Luísa Peleira que referiu: “Bom-dia a todos. De facto, nós tivemos aqui uma reunião com o Cavaleiro Ferreira e o que aconteceu é que ele trazia uma proposta da Fundação e toda a proposta que ele trazia, nós já estamos a trabalhar nela. Não foi surpresa para nós. Como sabem, e nós já falámos aqui da Bional que será levada a cabo no próximo ano 2023 e agora, no dia quatro de maio, eu vou a Conímbriga apresentar o projeto que já está feito e é do nosso Município. Uma das nossas propostas para o centenário passa pela atribuição, no âmbito desse centenário, alargar o prémio literário de Guerra Junqueiro a escritores jovens, criando especificamente um prémio para escritores jovens. Também vai passar por fazermos aqui algumas conferências e trazer gente que sabe falar sobre Freixo e sobre Guerra Junqueiro. Também passará por fado, vamos tentar alocar ao fado um dos poemas de Guerra Junqueiro, que seja musicado, porque sabemos que o fado depois de entrar no repertório dos fadistas, dificilmente sairá e é uma forma de lançarmos os poemas de Guerra Junqueiro para a ordem do dia. Também iremos falar com a responsável pelo PNL para ver se conseguimos que Guerra Junqueiro passe a fazer parte do PNL. Portanto, estamos a trabalhar em todas as linhas para elevar o nome do nosso poeta.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem, agradecer a sua explicação. Frisar aqui mais duas notas importantíssimas. Uma, é a questão do fado que pretendemos levar isso mesmo a cabo, porque isso é uma forma de imortalizar por completo, de uma vez por todas Guerra Junqueiro. Outra, é a do PNL. Eu próprio tive oportunidade de trabalhar com o Presidente do PNL, enquanto estava no Ensino Superior e do PNL, e entendemos que devemos lutar para que seja também integrado no Plano Nacional de Leitura Guerra Junqueiro. Até pelo marco que Guerra Junqueiro simboliza na vida de Portugal e da sociedade portuguesa.

Um sétimo ponto: foi concedida tolerância de ponto na passada quinta-feira, da parte da tarde. Entendemos que devíamos dar esta tolerância, embora o Governo não tenha dado, daí estarmos a justificar hoje. Entendemos que a partir do momento que o Município começa a trabalhar com os funcionários, que têm dado o seu máximo, no geral,



VR

entendemos que é um prémio que é mais do que justo e merecido. Não temos nenhuns problemas em assumir isso. Há algo que nos move e que é a população de Freixo de Espada à Cinta e os funcionários do Município, pelo que devemos dar sempre todas as condições para poderem trabalhar ao máximo, defende-los com “unhas e dentes” como tem sido o caso. Daí esta tolerância estar mais do que justificada e penso que foi bem acolhida por todos.

Oitavo ponto: estivemos presentes na tomada de posse da Associação de Sede Mazouco, onde tivemos oportunidade de ouvir os projetos que têm para Mazouco e também aquilo que o Município se comprometeu com esta mesma Associação. Como sabem, o edifício da antiga escola passou agora para as mãos desta Associação, cedido protocolarmente. Uma vez que já anteriormente estava noutra Associação, aquilo que levamos a cabo não foi passar por cima de ninguém. O Executivo reuniu ambas as Associações, aquela que era cessante e a nova que vai entrar, e de comum acordo chegaram a um porto para esse edifício ter essa base de ser prático para toda a população de Mazouco e poder a mesma usufruir - foi isso que foi dito. Também afirmámos que em Mazouco estamos a levar a cabo algumas obras, algumas delas será da parte do urbanismo, que iremos iniciar já brevemente. Outra que entendemos que é de grande importância, trata-se do Cavalo de Mazouco. Queremos dar qualidade e requalificar todo o espaço envolvente do Cavalo de Mazouco, até porque para já nunca foi alvo de vandalismo, mas poderá ser e queremos acautelar isso antes que aconteça. Mais vale planear do que depois chorar e é isso que estamos a levar a cabo. Também sobre o Cavalo de Mazouco, entrámos também em negociações com o proprietário do terreno, vamos ver se chegamos a bom porto, até porque à uma premissa que é fantástica - quando é a Câmara a perguntar quanto é que custa um terreno, os terrenos parece que quadruplicam. Fazem-me lembrar a árvore de natal, que custava mil euros e que quando nos ofereceram eram quase oitenta e cinco mil euros e era por ser para a Câmara que é um preço especial- Como é óbvio, isso não faz sentido nenhum. Mas, tentaremos levar a bom porto isso mesmo.

#### **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ENG.º RICARDO MADEIRA. -----**

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Senhor Presidente, relativamente a essa situação da questão da propriedade onde está inserida a gravura rupestre. Acho que sim, que seria de bom-tom, de bom grado o Município tomar uma posição no que diz



respeito à aquisição do terreno. Penso que o terreno é privado, pese embora que a gravura, em si, seja pública. Seja até, não sei se a poderemos considerar, Património da Humanidade que é mesmo assim. Seria de bom grado e para o Município envidar esforços para adquirir já essa propriedade.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “O que nós estamos a fazer, é tentar, tentar não, já estamos a fazer isso que é primeiro adquirir o terreno, por um preço justo. Há duas formas de fazer isto: uma; é levar a bem e adquirir o terreno; outra é por desapropriação, para benefício do Município. Não é isso que queremos fazer mas porque a figura é Património Mundial, podemos considerar até esta variável.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ENG.º RICARDO MADEIRA.** -----

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Mantenha-se uma conversação amigável, que é o melhor dessa forma.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Mas esse é o caminho sempre, de conversação amigável para levar a bom porto. Agora há algo que o Município não abdica - enquanto nós estivermos aqui, pagar a peso de ouro aquilo que não tem peso de ouro, isso não, não vamos fazer isso. Requalificar aquela zona, porque entendemos que pode ser um ponto turístico de atratividade, tal como procurar inserir também o Cavalo de Mazouco nos manuais escolares. Porque antes de Foz Côa, Mazouco já era falado e acho que se perdeu, acho não, temos a certeza, que se perdeu e deu-se de barato algo que é uma identidade também nossa e vamos retomar isso mesmo.

Depois, dar aqui também nota do Feriado Municipal na Congida, que foi planeado de forma a dignificar este feriado. Houve um certame que foi extremamente positivo, houve missa campal na parte da manhã e na parte da tarde houve animação. Esteve um dia de calor tremendo e as pessoas disseram “presentes” e foi um dia absolutamente salutar. É isso que



*Handwritten signature and initials*

pretendemos sempre - dinamizar o nosso Feriado Municipal, dignificando-o, porque foi um convívio acima de tudo das famílias e, sobretudo, de quem está o ano todo no concelho de Freixo de Espada à Cinta. Por isso, foi uma aposta ganha e bem ganha.

Depois dar nota da deslocação a Lisboa, a convite do Senhor Presidente da República, que, à última da hora, teve de cancelar por cauda do falecimento da atriz Eunice Muñoz. E neste ponto, também aproveitamos, em nome do Executivo, para manifestar o nosso pesar, por todo o trabalho que a mesma teve ao longo do ano e de décadas, que marcou gerações no que à cultura diz respeito e é uma figura importante a nível nacional. O Município propõe aqui a nota de pesar sobre Eunice Muñoz, porque de facto é um marco da nossa história a todos os níveis. Como referi, essa mesma reunião foi cancelada por este motivo, mas aproveitámos e aproveitei para fazer contactos nos Ministérios, nomeadamente, junto do das Finanças e também do da Coesão Territorial.

Uma décima primeira nota: a reunião que foi tida ontem, que foi de extrema importância e vital para o Concelho de Freixo de Espada à Cinta, que foi com o Núcleo Executivo do Conselho Local da Ação Social, o CLAS, que se prendeu com dois fatores muito importantes. Um, é de uma vez por todas resolver o problema do Lar de Poiares, e este aspeto ficou mesmo já salvaguardado. Vai haver um investimento de quatrocentos e vinte e oito mil euros, que é pago a cem por cento, e onde o Município não terá despesa nenhuma com esse mesmo financiamento. Foi através do PRR que conseguimos essa mesma candidatura. Outra, é para a Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta, que é na ordem dos cento e cinquenta mil euros, terá uma pequena comparticipação da Santa Casa, mas que também a comparticipação será altíssima, quase oitenta e cinco por cento. Por isso, foi necessário reunir o CLAS, com alguma pressa, com alguma urgência, porque não íamos deixar fugir este financiamento. Isto nós tivemos conhecimento em fevereiro, submetemos a candidatura, andámos para a frente e valeu a pena este trabalho todo de levar a bom porto, porque de facto ontem fez-se história no sentido, de que ficou aprovado. Faltava apenas citar para dar nota e seguimento para aquilo tudo que é do júri, para levar a bom porto. O Lar de Poiares poderá, de uma vez por todas, ter dois fatores que são primordiais: um; estabilidade financeira, porque irá ter mais camas para poder alocar utentes. O segundo ponto, é que aumenta a capacidade do próprio Lar e também é estruturado com condições condignas e o terceiro ponto é que se dá valor a uma IPSS, que estava descuidada e a atravessar uma grave crise, que todos nós



conhecemos. Na questão da Santa Casa é também de extrema importância, porque também há melhorias de serviços, e tudo que seja de melhorias de serviços e de condições para os nossos idosos e para os nossos utentes interessa resolver. O Município estará sempre na linha da frente para apoiar, torno a frisar aquilo que frisei ontem na reunião do CLAS, o Município nunca terá problemas em investir seja na educação, seja na saúde, e sempre que justificável, como é o caso. Por isso, congratulamo-nos que tenha sido aprovado por unanimidade estes mesmos projetos.

Depois dar nota num décimo segundo ponto da ida a Viseu da Senhora Vice-Presidente e eu agora passava-lhe a palavra para justificar o que se prendeu a sua ida a Viseu, precisamente, e com que objetivo.

**INTERVENÇÃO DA SENHORA VICE-PRESIDENTE PROF.<sup>a</sup> ANA LUÍSA PELEIRA. -----**

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente Prof.<sup>a</sup> Ana Luísa Peleira que referiu: “Ontem decorreu em Viseu a UP Território, onde estiveram presentes os representantes da CIM de Viseu Dão Lafões, o Dr. Fernando Ruas, que é também o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, e da CIMDOURO, o representante Dr. Carlos Carvalho, porque o Dr. Carlos Silva, que é o Presidente, não pôde, por questões de agenda. Falou-se aí dos compromissos pela sustentabilidade do turismo, da natureza no interior e foram apresentados alguns casos de sucesso nos territórios abrangidos pelas CIM’s presentes. Tal como disse há pouco ao Senhor Presidente, trabalhava-se muito em termos isolados e, neste momento, as CIM’s estão a tentar trabalhar em conjunto para valorizar os vários territórios, sobretudo, os do interior e captar para aí também investimento. Portanto, isto foi nesse sentido. Também se falou em oportunidades e de instrumentos de financiamento para a digitalização do sector agroalimentar. O Executivo considera, e por isso é que eu lá estive, que deve estar sempre presente neste tipo de ações alguém porque, como se sabe, ninguém “inventa a roda.”. Tudo aquilo que sejam bons exemplos e que possam ser replicados no nosso Concelho, obviamente, com as características que o nosso Concelho tem, será sempre bem-vindo. Também se ouviu o que há lá de novo na área do turismo e, como sabem, é uma área em que nós, Executivo, estamos a investir, porque também sabemos que é por aí o caminho e fez todo o sentido ir lá, ouviu-se muita coisa, foi muito interessante e depois haverá novidades nos próximos tempos também decorrentes daquilo que nós lá ouvimos.



*VR*

---

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem, agradecer a sua explicação.

Um décimo terceiro ponto: o Festival Douro Superior e eu aqui passava a palavra ao Vereador Pedro Vicente, para falar sobre o mesmo, qual é o intuito do mesmo e quais são as potencialidades que poderemos acartar com a vinda deste Festival aqui para Freixo de Espada à Cinta.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PROF. PEDRO VICENTE.** -----

Usou da palavra o senhor Vereador Prof. Pedro Vicente que referiu: “Bom-dia a todos. Em reunião da Associação dos Municípios foi proposto pelo nosso Presidente, Nuno Ferreira, a realização de um Festival do Douro Superior. Foi bem acolhido pelos outros Presidentes e o que é que é o Festival do Douro Superior? É cada Concelho levar o que de melhor tem a nível de bandas filarmónicas, ranchos, etc, ao Concelho dos outros. Cada um assume a responsabilidade e as despesas da sua banda, do seu rancho, não tem despesas para aquele que faz o evento, porque cada um paga e define-se um dia para cada Concelho. O objetivo é juntar o que de melhor tem cada Concelho nesse Festival. Para o nosso Concelho já temos uma data, o Executivo já tem uma data definida, mas para já ainda não vamos falar sobre ela. Os outros, alguns, já lançaram as suas datas e o objetivo é mesmo este, é criar um Festival onde o que de melhor temos vamos lá mostrar e o que eles têm de melhor vêm cá mostrar.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem, agradecer a sua explicação Senhor Vereador. Dar aqui uma complementação, é que realmente este Festival para todos os Municípios da Douro Superior, que são cerca de oito Municípios, o que acarreta é que os Municípios podem fazer um dia de Douro Superior, afirmar a região como um todo e a custo zero. Aquilo que aqui está a ser levado a cabo, depois pela organização do Vereador Pedro Vicente, é a questão de juntar aquilo que de melhor há em todos os Concelhos e afirmar aqui um dia, como o mesmo acabou de frisar, não iremos revelar para já enquanto Executivo. Entendemos também que não devemos descurar aquilo que é a nossa



identidade e também a identidade dos outros Concelhos. Dar também a conhecer às gerações mais jovens, porque também é bom que ouçam música, bandas de músicas, ranchos folclóricos e que saibam o que são as tradições, para não se perderem no tempo.

Dar aqui nota de um décimo quarto ponto - do 25 de Abril. Já falámos anteriormente, foi falado até pelo Vereador Eng.º Ricardo Madeira, ao qual agradecemos tudo aquilo que manifestou. Mas complementar e fica aqui mais uma vez reforçado, o convite para estarem presentes na segunda-feira, e isso é extensível a todos aqui presentes neste Salão. É dessa forma que o queremos celebrar e afirmar o 25 de Abril, sempre como um marco da nossa história.

Depois, um décimo quinto ponto: irá decorrer hoje um evento sobre saúde mental e eu pedia aqui à Senhora Vice-Presidente que desse nota, do que é que consta deste evento e qual o propósito do mesmo.

**INTERVENÇÃO DA SENHORA VICE-PRESIDENTE PROF.ª ANA LUÍSA PELEIRA. -----**

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente Prof.ª Ana Luísa Peleira que referiu: “A saúde mental está na ordem do dia, sabemos que a pandemia veio agravar esta temática e o que se pretende é criar aqui uma plataforma unida em termos de Bragança, do Distrito de Bragança, em que sejam discutidas este tipo de situações. Hoje vai decorrer às duas e meia, no Auditório Municipal. Não é a melhor hora, já o disse na escola quando fiz o convite no Conselho Geral. Mas não nos foi dada grande oportunidade de outra hora: ou era às dez e meia da manhã, que também interrompia os trabalhos, ou era ao meio-dia e meio, e aí as pessoas vão almoçar, ou seria às duas e meia e nós optámos pelas duas e meia. Não é o melhor horário mas, como reforço, não havia a opção de decorrer em horário pós-laboral. Teremos aqui duas psicólogas, é uma apresentação dialogada, com recurso à animação, e convido todos a estarem presentes, porque é uma temática que está na ordem do dia. Às vezes não nos apercebemos dos sinais, temos ouvido muitos casos de suicídio, temos ouvido muitos casos de depressão e convém que as pessoas estejam informadas dos sinais para estarem em à alerta.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----**

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem, agradecer a sua explicação. Reforçar com uma complementaridade:



muitas vezes, as pessoas por vergonha não manifestam aquilo que realmente estão a passar e depois dá mal resultado, como é a questão dos suicídios, como foi afirmado aqui pela Vice-Presidente. Aquilo que o Município de Freixo de Espada à Cinta pretende, enquanto estivermos no Executivo, é não ter tabus de falar sobre qualquer temática. É dessa forma que o enfrentamos e sujeitamo-nos até à crítica que possa daí advir, mas encaramos sempre como crítica construtiva. É dessa forma que queremos estabelecer pontes, esta temática tem uma forte componente, além, de adultos, também para os jovens e para aqueles que se estão a formar, na data de hoje, quer seja primeiro, segundo ou terceiro ciclo e também, futuramente, no ensino secundário profissional. Porque convém desde muito cedo ter uma base e uma estrutura forte sobre aquilo que é a saúde mental e as implicações que a mesma tem. Daí vemos com muito agrado esta iniciativa, independentemente da hora, que a hora, sejamos claros, se fosse à tarde era porque era tarde e porque depois é fim-de-semana, se for à noite é porque há coisas para fazer. Por isso, é a hora que é e é para levar a bom porto.

Um décimo sexto ponto: falar aqui sobre as Férias Desportivas da Páscoa. Foram completamente reformuladas, foram pagas por quem participou e foi um autêntico sucesso. Foram mais de cinquenta inscrições, mais de cinquenta crianças que se divertiram ao longo das Férias Desportivas da Páscoa. Eu aqui passava a palavra ao Vereador Pedro Vicente para falar, precisamente, sobre aquilo que foi feito, porque merece ser reconhecido esse trabalho que foi levado a cabo, pelo Vereador do desporto e também aqui da juventude, o Vereador Pedro Vicente, sobre aquilo que foram estas férias e também deixar aqui uma palavra de apreço àqueles que durante estas férias, quer sejam os monitores, quer sejam os professores que estiveram afetos a isso, também os auxiliares e os motoristas também porque fizeram um excelente trabalho e provou que, funcionando em equipa, tudo anda para a frente. É desta forma que o entendemos e entendemos que as Férias Desportivas não é, nem nunca devem ser um depósito de crianças, como era no passado. As Férias Desportivas devem ser sempre, precisamente, para as crianças poderem usufruir e desfrutarem de Férias Desportivas, porque já têm ao longo do ano uma carga intensa de escolaridade e então o propósito é mesmo para usufruírem ao máximo e terem experiências novas sobre aquilo que o Município ofereceu. Por isso, passava a palavra ao Vereador Pedro Vicente, sobre as atividades que foram levadas a cabo.



**INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PROF. PEDRO VICENTE.** -----

Usou da palavra o senhor Vereador Prof. Pedro Vicente que referiu: “É mesmo isso que acabou de dizer o Senhor Presidente. O Executivo entende que as Férias Desportivas devem ser marcantes para as crianças, que não sejam mais do mesmo e que seja um período de diversão para eles. Foram reformuladas, houve uma grande adesão, cerca de cinquenta e duas crianças, foram quatro dias que foi o tempo das férias, mas com diversas atividades. Desde caminhada, jogos tradicionais, slides, escalada, *paintball*, uma viagem ao ZOO e o *feedback* que a gente tem da parte dos encarregados de educação é que foi muito bom.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem. As Férias Desportivas do Verão estou certo que irão superar as da Páscoa certamente, que é sempre o ónus que temos de colocar em nós próprios, é nunca nos acomodarmos e irmos mais além.

Um décimo sétimo ponto e último ponto da nossa parte; que se prendeu e queremos aqui deixar uma palavra de apreço à forma como a população de Freixo de Espada à Cinta se comportou durante as festividades da Páscoa. Deixar também aqui uma palavra de apreço à Comissão dos Passos, à GNR, aos Bombeiros Voluntários, a todas as IPSS do Concelho, à Santa Casa da Misericórdia, ao Padre Manuel Rodrigues e também a todos os funcionários do Município. Porque de facto as festividades da Páscoa marcaram a diferença e, acima de tudo, marcaram algo que é um propósito: Páscoa é mesmo de alegria, de celebração e de confraternização. De facto, há aqui dois momentos que são chaves, três momentos no nosso entendimento. Um, foi a questão da Via Sacra, acho que foi um autêntico sucesso. A Via Sacra da forma que decorreu, foram mais de cem figurantes e foi lindíssimo aquilo que ocorreu na nossa vila. Foi aqui que foi realizada a Via Sacra e queremos elevar já a Via Sacra, no próximo ano, a um patamar ainda superior, transformando-o num evento religioso com o cariz que o mesmo deve ser estabelecido, tal como é feito e é um bom exemplo, em Braga, a nível das festividades no que à Via Sacra diz respeito e iremos querer elevar a esse patamar. Outro ponto é deixar também aqui uma palavra de apreço a todos aqueles que cantam os “Sete Passos”, porque é um grupo que merece ser reconhecido, têm feito um



trabalho de excelência por todas as sextas-feiras estarem presente e não terem deixado morrer a tradição, bem pelo contrário, têm levado a tradição a outro patamar. Por isso, mesmo o Município já no próximo ano irá apostar na gravação de um CD para imortalizar de uma vez por todas as músicas dos “Sete Passos”, não só as de Freixo de Espada à Cinta, mas também as de todo o Concelho. Foi também feito dentro da questão dos “Sete Passos”, aqui agradecer também às Juntas de Freguesias todas do Concelho, a questão de ir os “Sete Passos” a todas as Freguesias, onde as populações participaram e foi feito pela primeira vez, um evento que juntou todos os cantares da encomendação das almas aqui em Freixo de Espada à Cinta e que nesse preciso dia esteve também a RTP a registar o momento e é de salutar essa mesma adesão. É de salutar que mantemos viva a tradição e levamos a tradição a um patamar superior nesta forma, fica aqui a nossa palavra de apreço. O terceiro ponto é claramente a questão da procissão de domingo de Páscoa e por inerência o Feriado Municipal que decorreu, tal como já frisei anteriormente, de forma excelente e que encerrou as festividades da Páscoa como um todo. Registrar também a forte afluência que houve durante o período da Páscoa no nosso Concelho. Foi bom ver as ruas cheias, ver os estabelecimentos cheios e ver a economia local a andar para a frente, a voltar a ter tempos áureos e é isso que pretendemos sempre. É dinamizar ao máximo a economia local, dar condições a quem está cá o ano todo e dar condições a quem nos visita também esporadicamente, mas, sobretudo, sempre com um propósito trabalhar para os nossos munícipes que estão no Concelho de Freixo de Espada à Cinta e aqueles que estão também fora do Concelho de Freixo de Espada à Cinta. Mas sempre e durante o ano, todo o Concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Da nossa parte, antes da ordem do dia, para já é tudo. Questionava o Senhor Vereador da Oposição se tem alguma coisa a referir. Não? Então não tendo nada, passamos então à ordem do dia propriamente dita.

## ORDEM DO DIA

**RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia sete do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois que acusa o saldo disponível de: -----



**Dotações Orçamentais** – Setecentos e oitenta e um mil novecentos e oitenta e um euros vinte e nove cêntimos.

**Dotações não Orçamentais** – Cento e vinte e quatro mil cento e setenta euros treze cêntimos.

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia oito de abril do ano dois mil e vinte e dois. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, com uma abstenção, aprovar a ata do dia oito de abril do ano dois mil e vinte e dois, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----  
O Senhor Vereador, Prof. Rui Pedro Madeira Vicente, absteve-se em virtude de não ter estado presente na reunião a que a mesma se reporta. -----  
r integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

## 08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021 – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:**  
Presente para efeitos de aprovação uma proposta para Prestação de Contas Relativa ao Exercício Económico de 2021, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Sobre este ponto, eu irei tecer alguns comentários, antes de entrar propriamente na discussão do Relatório de Contas.

Antes de começar o mesmo, deixava à consideração se o Eng.º Ricardo quer tecer algum comentário sobre o mesmo?



Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Preferia desde já esperar. Tirei aqui algumas notas e depois ao longo da discussão poderemos, entretanto, abordar estas notas, está bem.?”

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem, sem prejuízo disso.

O documento, tiveram oportunidade de o analisar, é um documento bastante extenso. Este documento reporta e é isto que é importante frisar à gestão do anterior Executivo, tendo aqui o ónus de dois meses e meio já com a nossa gestão a nível camarário. Por isso, é que nós entendemos hoje, que mais do que nunca o Vereador Fernando Rodrigues, infelizmente não pode estar presente, mas que estivesse presente até para nos dar algumas explicações, mas também está o Eng.º Ricardo e também fez parte e trabalhou diretamente com o Executivo anterior. De qualquer forma iremos aqui de grosso modo, apresentar aquilo que entendemos que deve ser apresentado sobre o Relatório.

O documento de Prestação de Contas, tem aí a parte do descritivo político e daquilo que é a principal justificação do mesmo documento. Dar aqui nota, também que este documento foi elaborado pelo nosso Gabinete de Contabilidade e também por a certificação do ROC, o Dr. Pedro Santos.

Há aqui uma página, caro Vereador, que terá de ser substituída que é a página 54. Já agora o que é que há aqui de diferente nesta página?

Usou da palavra o senhor Técnico Superior da Contabilidade Dr. António Morgado que referiu: “Após já o fecho do apuramento, resultados, do fecho do documento e de tudo, houve a constatação por parte dos serviços de Contabilidade, que o orçamento, e isto é um orçamento mecânico que é efetuado pelo próprio sistema e que não foi efetuado na conta correta. Estamos a falar do valor de material ainda relevante são vinte e cinco mil euros, tendo em conta o valor global da Prestação de Contas, mas entendemos e falámos com o Senhor Presidente, que deveria vir aqui um ponto, no anexo às contas, a dizer efetivamente isso. Este erro constatou-se, vai-se corrigir assim que se possa, ou seja, nas contas de 2022 já.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem. É dessa forma que vamos sempre trabalhar, assim com a máxima transparência, daí estar aí, podia passar completamente ao lado e ninguém ver, mas queremos que fique assinalado por é um Relatório de Prestação de Contas e entendemos que é prestar contas é disso que se trata.



Muito bem. Posto isto, o Senhor Vereador da Oposição teve o cuidado de analisar o documento, eu próprio agora irei fazer também uma nota, quando digo eu próprio, o Executivo irá fazer uma análise sobre o mesmo.

Então, sobre o mesmo cabe-nos apreciar o seguinte; análise à contabilidade orçamental. Da análise da contabilidade orçamental, importa ter em conta sempre o grau de execução, tanto do orçamento da receita, com o do orçamento da despesa, procurando interligar este com o PAM e o PPI. Da análise orçamental, o que importa aqui dizer é que da receita corrente, taxa de execução foi cinquenta e nove por cento e a receita do capital foi de quarenta e dois ponto três por cento. Esta sede de capital dos, quarenta e dois ponto três por cento está associada ao FEF e aos Fundos Comunitários e disto tudo foi apenas executado metade. Mas eu passo já a citar: analisando a execução do orçamento da receita constatamos relativamente ao orçamento após a introdução das respetivas alterações, houve uma execução de cerca de cinquenta e cinco por cento, ou seja, o Município apenas conseguiu cobrar cinquenta e cinco por cento do valor previsto no seu orçamento. Não conseguindo cumprir a execução de oitenta e cinco por cento, prevista na Lei das Finanças Locais, assim ficamos quase trinta por cento, ficámos trinta por cento aquém daquilo que era previsto pela Lei das Finanças Locais. O qual desde já lamentamos e esperamos que no próximo ano não seja esse o propósito e esse o ónus. Constatamos uma performance superior quando nos referimos à receita corrente e em contrapartida um pior desempenho relativamente à receita corrente, ficando demonstrado a necessidade de empolar os orçamentos da receita para conseguir dar cobertura a toda a dívida em atraso acumulado. Aquilo que aqui demonstra é que o orçamento anterior foi empolado, daí estar aqui bem ciente daquilo que foi necessário fazer. A baixa taxa de execução da receita de capital também esteve ligada ao facto do abrandamento dos recebimentos que estavam relacionados com os investimentos que estão a ser efetuados e que são financiados por Fundos Comunitários. Daqui, ou seja, o que vinha dos Fundos Comunitários não veio a tempo e horas, daí haver esta quebra. Estabelecendo um comparativo com os anos anteriores, pudemos constatar que com a exceção do ano de 2019, e note-se que este ano em que se procedeu ao processo de substituição da dívida, os valores dos empréstimos de substituição relativamente ao ano de 2019 é de seis vírgula oito milhões, que foram substituídos em 2019, onde houve um acréscimo bastante acentuado da receita de capital. Os valores cobrados ao nível da receita têm vindo a aumentar quer na receita corrente, como na de capital, fruto também dos aumentos sucessíveis das transferências de FEF



*Handwritten signature*  
*WR*

por parte do Estado Central. Aqui importa frisar, neste ponto, que em 2019 a título excecional foi a sucessão da dívida de seis vírgula oito milhões, se não estou em erro, exatamente, e foi quando foi permitida pelo Estado puder haver esta reconstrução da dívida, eu próprio na altura votei favoravelmente a isso mesmo, porque era para baixar as taxas. Embora, quem nos antecedeu não tivesse o cuidado de depois dar melhor seguimento a isto. De qualquer forma, é o que se nota isto e também se nota uma questão, é que o próprio Estado Central, nos últimos anos, tem estado a transferir mais FEF, esperámos que não tenhamos penalização nenhuma por causa do PDM, tal como, já frisei anteriormente, estamos a trabalhar a velocidade de cruzeiro para que isso não aconteça. Mas, para ficar bem frisado isso. É importante salientar a independência que a receita do Município tem relativamente às transferências do Estado Central, uma vez, que cerca de oito milhões de euros arrecadados pelo Município, cerca de seis vírgula três milhões são provenientes de transferências do Estado e meio milhão proveniente de cobrança de impostos diretos. Analisando a execução orçamental da despesa compara os valores existentes em orçamento com despesa paga, temos graus de execução de cerca de cinquenta e quatro por cento de despesa, advindo uma taxa de execução da despesa de capital bastante baixa, cerca de trinta e dois por cento. Tendo contribuindo para esta execução relacionada com a aquisição de bens de capital, que foi de cerca de dezoito por cento, estando esta relacionada com a baixa taxa de execução de projetos financiados pelos Fundos Comunitários. Voltamos aqui a falar, que os Fundos Comunitários a execução foi muito baixa. Também pudemos afirmar, que houve a utilização desse capital para pagar despesa corrente, uma vez, que a receita de capital é superior à receita de capital paga. Relativamente, à rubrica com uma maior taxa de execução, destacamos a despesa com pessoal, com uma taxa de execução de noventa e seis por cento. As transferências correntes pagas com uma taxa de execução de setenta e dois por cento e relacionada com as despesas correntes com uma taxa de execução de sessenta e dois por cento. Sendo em termos absolutos um valor muito residual comparativamente à despesa paga, vinte e um mil euros. Só com pessoal aqui foi o máximo, que se executou, noventa e seis por cento que foi executado e depois as transferências correntes pagas, também é importante aqui dar uma nota, que isto é, prende-se com Bombeiros, Banda, CASC, enxovais, autocarros, que na altura era pago a cinquenta por cento, entre outros, só para ficar tudo bem clarificado. Fazendo uma análise temporal da evolução da execução da despesa, constatamos que a mesma tem vindo a



WR

aumentar, ao longo dos anos, havendo novamente anomalia relacionada com o ano de 2019. O ano de 2019 torno a frisar, que foi o ano de empréstimos, que o Estado concedeu. Esta evolução positiva ao nível dos valores absolutos e de execução da despesa corrente está associada com o aumento das transferências do FEF por parte do Estado Central, que é aquilo que eu já tinha referido anteriormente. Importa referir que nesta análise de execução do orçamento da receita, não levámos em conta as obrigações assumidas pelo Município, mas sim a despesa paga, ou seja, o que é que é isto, não está contabilizada as faturas que estão por pagar e que ainda não estão cá e que é isso que estamos a levar a cabo, daí o implemento que existe, o implemento não, da dívida chegar quase aos catorze, superar os catorze milhões. Mas é importante estar aqui frisado isto. Importa referir também, que mais de cinquenta por cento da despesa corrente paga, está relacionada com despesas com pessoal, no valor de três milhões e seiscentos e setenta e cinco mil euros. Tendo-se registado um aumento de cerca de trezentos e cinquenta mil euros comparativamente com o ano de 2020. Isto para dizer o que, no ano de 2021, que só por acaso foi ano de eleições, houve um aumento de trezentos e cinquenta mil euros só com pessoal, que foi pago, trezentos e cinquenta mil euros e a aquisição de bens e serviços é a segunda rúbrica mais elevada, tendo-se paga cerca de dois milhões quatrocentos e dez mil euros, tendo, neste caso, havido uma diminuição de oitenta mil euros, que é para ficar explícito. A despesa de capital executado durante o ano de 2021, está associado ao incumprimento de serviço da dívida do Município, passivos financeiros, no valor de oitocentos e trinta mil euros e o restante com a aquisição de bens de capital que estão associados a grande parte a projetos financiados. Aqui, estes oitocentos e trinta mil euros é de empréstimos de amortização de capital. Importa referir que a baixa taxa de execução da despesa de capital está relacionada com a baixa taxa de execução do PPI (Plano Plurianual de Investimentos), despesa de capital, em termos absolutos do montante previsto de quatro milhões de euros apenas foi executado cerca de setecentos e vinte e cinco mil euros. Foi apenas aquilo que foi executado. A nível do PAM (Plano de Atividade Municipal) do valor previsto inicialmente, no valor de dois vírgula um milhões de euros, foi executado pouco mais de metade, atingido o valor de um vírgula três milhões de euros. Depois, no ano de 2021, o Município não conseguiu cumprir a regra do equilíbrio orçamental, uma vez, que o valor das receitas correntes foi inferior ao da soma das despesas paga e nas amortizações médias de



OK  
UR

empréstimos de médio e longo prazo, pondo o saldo corrente de mais de meio milhão, ou seja, quinhentos e cinquenta e quatro mil euros negativos.

Não sei se o Senhor Vereador quer tecer algum comentário? Se não, continuamos, isto é a análise ao documento todo.

Análise à contabilidade patrimonial. Referente à contabilidade patrimonial importa analisar o ativo e o passivo constatado no balanço e as contas de custo da demonstração dos resultados. A evolução do ativo do balanço manteve-se relativamente ao ano anterior, existindo uma redução dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, resultado das apreciações resultadas ao período económico. Também uma diminuição das dívidas de clientes e das outras contas a receber, analisando o passivo constatamos o aumento acentuado da conta de provisões, que está associada ao valor dos passivos contingentes, tendo sido reconhecido o valor de cerca de novecentos mil euros, referentes a processos judiciais em curso e dos passivos omissos encontrados na circularização, que foi efetuado aos fornecedores do Município tendo atingindo o valor de cerca de cem mil euros, em que as faturas não se encontravam na nossa posse e que durante o ano de 2022 isso serão reconhecidas nos saldos dos fornecedores, devendo estas diferenças serem analisadas caso a caso. Isto para dizer que, havia aqui dívida escondida, mas claro que isto não posso tecer. Também houve um aumento da rubrica de fornecedores do passivo não corrente, que resultou da correta contabilização dos acordos da realização da dívida. Devemos também referir o aumento da dívida a fornecedores correntes do reconhecimento de cerca de trezentos e setenta e dois mil euros, relacionados com faturas que não se encontravam na Contabilidade. Tendo sido registadas na conta das faturas em exceção e conferência. O aumento da conta de fornecedores de investimento deve-se ao facto de ter entrado no final do ano, faturas com valores avultados que estava associado a projetos financiados. Por exemplo, aqui nos gastos reversões, apreciação e amortização, que é quase de um milhão trezentos e cinquenta e nove mil euros, deve-se a não haver investimento, por exemplo, que é negativo atenção. Depois pudemos ver aqui transferências de subsídios concedidos, deu menos subsídios e gastou mais, ou seja, fez mais despesa. Também que fique bem claro, que na transferência de subsídios concedidos deu menos, mas gastou mais, isto no ano anterior. Mas vamos continuar a analisar, fazendo uma análise à demonstração de resultados pudemos salientar o aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos em cerca de seiscentos mil euros, gastos com o pessoal em cerca de duzentos e setenta mil euros e dos custos com mercadoria vendidas e matérias consumidas em



cerca de quarenta mil euros. Aliado a esta situação, também houve uma diminuição dos rendimentos relacionados com as vendas, situação acumulada pelos rendimentos associados aos impostos, contribuições, das taxas e subsídios correntes, tal situação, fez com que o resultado líquido do exercício agravasse em cerca de quatrocentos mil euros, relativamente ao ano anterior. Outros eminentes, está relacionado com a amortização e rendimentos dos duodécimos dos subsídios do capital recebidos, essa operação não foi realizada no ano de 2020, por essa razão houve o aumento do valor da rubrica em termos comparativos. Depois na questão do endividamento, mas há aqui um que ainda podemos falar. Exatamente, que é outros rendimentos de aumento da dívida de curto e médio prazo passar para um vírgula três, de um vírgula três para um ponto três milhões. Depois, o endividamento, relativamente, ao endividamento constatamos que a dívida total ascendeu a cerca de doze milhões de euros, não incluindo a dívida das entidades participadas, uma vez, que no momento da elaboração do Relatório de Contas ainda não tínhamos conhecimento. O Município não conseguiu cumprir também as regras da Lei das Finanças Locais, que obrigam mesmo a diminuir o excesso da dívida em dez por cento, tendo verificado se um aumento da mesma, resultante da intervenção no saldo de fornecedores relativa a passivos omissos com faturas na sua posse no valor de trezentos e setenta e dois mil euros. Para o cálculo da dívida total temos de ter em atenção, que o valor registado na rubrica provisões não releva, contudo, a grande probabilidade de a mesma se tornar dívida do Município. Nesta rubrica provisões, tivesse em conta o valor dos processos judiciais em curso, um ponto duzentos e sessenta e nove milhões, ou seja, um ponto três milhões e passivos omissos resultantes da circularização e fornecedores, que é cento e um mil euros, aguardar a validação dos serviços.

Isto em grosso modo, foi a nossa análise que fizemos, quer Executivo juntamente com o Gabinete de Contabilidade, o qual desde já agradecemos o trabalho que levaram a cabo para a execução deste Relatório de Prestação de Contas. Sobre aquilo que nós aqui referenciámos, não vamos mais exaustivamente falar sobre o mesmo, porque o mesmo não é da nossa responsabilidade no seu todo, apenas uma pequena parte. Daí mais, uma vez, referirmos que era bom que estivesse o Vereador Fernando, contudo estamos abertos a qualquer tipo de questão e discussão sobre o mesmo e também temos ali quer o nosso Gabinete de Contabilidade e quer também a Dra. Susana Valente, como Chefe de Divisão Administração e Financeira, para dar resposta a qualquer questão que seja colocada.



---

Por isso, Senhor Vereador da Oposição, esteja à vontade.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Obrigado Senhor Presidente. Eu relativamente à análise das contas, talvez vá dividir a minha prestação aqui da minha opinião em duas partes. Uma primeira fazer uma análise acerca do documento propriamente dito, posteriormente entramos mais a fundo e num sector apenas que julgo que é pertinente relativamente a esta Prestação.

Tirei algumas notas relativamente ao documento que nos foi remetido, que gostaria de destacar o facto que eu, pode ser na página 15, que é, uma melhoria da taxa de execução das receitas que é uma passagem de cinquenta e dois por cento, para cinquenta e quatro vírgula oito por cento e bem como da receita própria que também há uma passagem de vinte e dois por cento para vinte e quatro por cento, no mesmo se passa também com as transferências obtidas, pese embora a taxa de execução efetivamente tenha diminuído. Aqui ao nível da receita própria penso que houve aqui um lapso na descrição porque é referido que em 2021 a receita própria cobrada atingiu um valor de zero vírgula nove seis nove milhões de euros, o que corresponde, deduzo eu, a um aumento de nove vírgula sessenta e um por cento. Penso eu, que deve ser um aumento e não uma redução, porque se olharmos para as receitas, efetivamente, em 2021 cobraram-se novecentos e sessenta e nove mil e em 2020, oitocentos e oitenta e quatro. Mas, isto são apenas pormenores, são lapsos, não tem qualquer relevância.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Mas sobre esse ponto, só, sem prejuízo de o interromper para ficar esclarecido. Eu pedia ao Gabinete de Contabilidade, ou à Dra. Susana, que desse uma explicação desse mesmo ponto, que é para o Senhor Vereador ficar elucidado.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Mas, logo no primeiro parágrafo da página 16, na receita própria quando fala que em 2021, a receita própria cobrada atingiu um valor de novecentos e sessenta e nove mil euros, o que corresponde a um aumento, acho que aqui é um aumento. Mas isto, como lhe digo, são pormenores, é assim eu entendo que, quem faz análise de quadros, muitas vezes pode trocar.



OK  
WR

---

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem, que fique claro que é um aumento e não uma redução.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Mas isto é a minha opinião, pode até ser assim.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Não sei se a Chefe de Divisão, se quer pronunciar sobre o documento, quer? Não? Muito bem.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Quanto à questão, agora na página 18, pronto, também no que diz respeito ao financiamento bancário é também de destacar que também não houve em 2021 qualquer contratação de empréstimo. Obviamente que o Município está vedado a essa situação também. Digo a nível de financiamento monetário. No que diz respeito à parte do equilíbrio orçamental, o Senhor Presidente já focou esta situação que temos assistido a uma situação de incumprimento também em 2021, visa esse quadro da página 21 essa situação, mas também gostaria de levantar esta questão, há quanto tempo esta situação perdura, não é, esta situação de incumprimento, sendo que da parte do atual Executivo, acho que deverá o Senhor Presidente, como líder do Executivo Municipal, assumir digamos, uma situação de incumprimento a partir deste momento. Porque se torna importante que envide esforços nesse sentido.

Na página 22, houve também aqui uma cifra que me causou aqui alguma, como é que hei de dizer, alguma curiosidade, que se prende com a dívida total que efetivamente é de doze milhões. Pese embora, haja aqui alguns itens, no ponto sete, isto se analisarmos o quadro oito da página 22, onde efetivamente não vem aí definido algumas dívidas, relativamente, a outras entidades. Mas consta que a dívida total do Município, efetivamente, está nos doze milhões de euros. Isto pelo menos sobre o ponto de vista contabilístico, não é? Porque, além de mais, há aqui um parágrafo nesta página que refere que ao nível da contribuição para o limite legal deixa de existir distinção entre dívida aos bancos e dívida a fornecedores, ou seja, contribuem para o limite, o passivo financeiro das Associações de Municípios, proporcional à participação do Município nessas entidades. Eu entendo que apesar de haver dívidas relativamente a estas entidades, as mesmas estão refletidas aqui na dívida total. Por isso, acho que não houve



*Handwritten signature and initials*

assim grande razão de alarme para falarmos de um aumento tão drástico da dívida, como tem vindo a ser referido.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Eu já lhe respondo a isso, força. Estou surpreso com isso, mas força vamos lá.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Relativamente à página 25, deixe-me que eu só tenho aqui, aqui não interessa, página 26. Há aqui também um pormenor que na página 26 prende-se com uma, eu não compreendo o segundo parágrafo, que diz relativamente à rubrica fornecedores e investimentos o aumento da mesma está relacionada com o facto de nos últimos dias do ano de 2021. Deduzo que tenha havido algum aumento, não é? Deduzo que, acho que está incompleta.

Usou da palavra o senhor Técnico Superior da Contabilidade Dr. António Morgado que referiu: “Ficou a frase incompleta.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Já responde Senhor Dr. António, já responde quando eu disser para responder, porque aqui não é como antes. Vamos deixar o Vereador falar até ao fim, depois já se responde a tudo. Existe uma Chefe de Divisão para responder sobre isto, existe também um Gabinete de Contabilidade e existe um Presidente de Câmara para dar resposta.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Na página 43, Senhor Presidente, quanto à questão dos passivos omissos, ora página 43, consta também outro facto, é que efetivamente há aqui uma série de faturas que, supostamente, não tinham estado na Contabilidade. Mas as mesmas são bastante antigas, eu vejo que há aqui faturas datadas de 2008, à Fundação Museu do Douro, datadas de 2009, ou seja, são faturas que têm mais de dez anos já e o que é também de lamentar esta situação, só estas faturas terem vindo agora à baila, sinceramente, há que questionar também esta situação. Na página 50, ou seja, agora passaria então para a outra parte, da minha, que há aqui alguns pormenores que eu gostaria de realçar. Um deles, Senhor Presidente, prende-se com o facto de, por um lado, estas contas não vêm acompanhadas da certificação do ROC, da certificação legal de contas. Deduzo que para fazermos uma análise séria, exaustiva e até mesmo em consciência, deveria de haver e vir



acompanhada da certificação legal de contas, porque o ROC, como sabe, é uma autoridade financeira e que tem sempre a última palavra, acaba sempre por ser dele.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Vereador, eu já lhe vou responder a isso, ponto por ponto, porque aquilo que está a afirmar agora, séria e exaustiva, se há coisa que este Executivo é, é sério e já lhe vou responder sobre essa questão, que está precisamente a levantar que é para ter bem a noção do que é que se está a passar, mas continue que eu já lhe respondo a tudo que é.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Posso continuar, Senhor Presidente. Agora queria acabar, que se prende aqui com um pormenor aqui que vem expresso na página 50 e na página 51, que, sinceramente, este pormenor a mim, me causou aqui uma série de incómodos, confesso, se é essa a palavra que eu possa usar. Porque verifico que há aqui uma passagem de passivos contingentes para provisões na ordem dos novecentos mil euros que, entendo eu, entendo que aqui indica que é uma opção aumentar as provisões do exercício por forma a garantir financiamento por parte do FAM dos processos que se encontram em processo litígio. Ou seja, entendo eu que de acordo com esta informação enviada pela firma de assessoria jurídica, essa firma entende que os processos já se perderam. O Município então deixou de ter uma palavra a dizer sobre esses processos, ou seja, o Município já vai assumir a derrota nos Tribunais e deixam de ser passivos contingentes e passam a ser provisões. Ao serem provisões, já vão automaticamente alterar a demonstração de resultados e o balanço, as contas do Município passam a ficar mais prejudicadas. Mais, Senhor Presidente, há outra situação que para mim acaba por ser um bocadito mais relevante. Que estamos aqui já a falar numa circunstância que é a adesão ao FAM, quando a mesma nunca foi debatida aqui na Câmara Municipal, nem tão pouco na Assembleia Municipal.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Eu estou surpreendido consigo, acredite. Mas, continue lá.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Entendo a sua preocupação, em ter acesso a liquidez, a ponto de financiamento para assumir uma série de compromissos financeiros que tem, mas, sinceramente, como deve compreender, eu estou aqui, Senhor



OK  
✓

Presidente, o Senhor conhece-me com uma postura de responsabilidade, de liberdade de opinião, apesar de estarmos em bancadas opostas. Acho eu que o Senhor Presidente sempre defendeu e pese embora, agora também, ainda há bocado falou da questão do 25 de Abril, ambos falámos. A diversidade de opinião tem de existir e eu acho que a bem da consciência, penso eu que esta passagem dos passivos contingentes para as provisões, acho que há aqui uma certa forma de querer maquilhar as contas, para poder o Município aderir mais tarde ao FAM. É esta a situação que eu queria deixar, Senhor Presidente.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem, já terminou? Muito bem.

Eu vou dar resposta a tudo aquilo que você afirmou, porque merece ser dada. Ao contrário, do passado, que não se dava respostas a nada e era continue, é o que está aí e até roçava, era a má educação que estava presente nas reuniões de Câmara. Não é isso que vai acontecer aqui hoje e há uma coisa que eu não lhe admito, não admito que coloque a seriedade do Executivo em causa, isso não lhe admito. Até porque estas contas, quem foi responsável por elas não fomos nós, foi quem esteve nesta cadeira anteriormente. Sobre o maquilhar as contas, quem maquillou as contas foi quem esteve aqui nesta cadeira antes, que existem contas e contas todos os dias a aparecem e que nem estão contabilizadas, percebe? isso é que é maquilhar as contas. Nem sequer no SIAL estava introduzido tudo até ao final do ano de 2021, que tivemos nós que andar a mandar dar ordens à Contabilidade, para introduzir tudo aquilo que ainda não estava lá metido, que é por causa da questão de ir ao FAM. O FAM, como bem sabe, é o Fundo de Apoio Municipal. Não se maquillam contas, só pode ir ao FAM se efetivamente existir dívida. Não é com dívida fictícia, se não sabe fica desde já a saber, que é assim que o FAM se processa e o endividamento do FAM daquilo que existe no Município, lamentavelmente. Quando o Senhor Vereador afirma que quer que eu assuma a situação de incumprimento a partir daqui, então você quer que eu assumo uma situação de incumprimento de alguém que deixou esta Câmara na penúria por completo? Que nem sequer teve o ónus nem a hombridade de fazer uma reunião de transição? Dizer quais eram os pontos todos que estavam aqui alocados? Nem sequer teve a hombridade de dizer quanto é que se devia à firma de advogados, que ascende a mais de seiscentos e setenta mil euros e fora o que ainda está para vir? Nem sequer teve a hombridade de dizer que estavam cem mil euros de dívida, só em combustíveis, aqui no Concelho de



Freixo de Espada à Cinta? Nem sequer teve a hombridade de dizer quando foi de rendilhar, que foi outra que se fez de candidaturas, você tem conhecimento, de trinta mil euros que foram deitados ao ar, só porque sim? Não, Senhor Vereador, essa questão não. Mais, como também não teve a hombridade, e devia ter vergonha na cara quem me antecedeu, de à Associação de Municípios da Douro Superior haver uma dívida de quase seiscentos mil euros, quando foi feito um empréstimo para colmatar essa mesma dívida e voltou a fazer essa mesma dívida? Só se foi por algum favor de empregabilidade de algum familiar, só se foi por isso! É que a questão é que se fez um empréstimo e tornou-se lá a ficar com a dívida de seiscentos mil euros, note bem, seiscentos mil euros! Só em dois casos já vamos num milhão e trezentos mil euros, que eu lhe estou aqui a falar! Por isso, maquilhar contas não lhe admito, nem a si, nem a ninguém! Nós não maquilhamos aqui as contas e para ir ao Fundo de Apoio Municipal as contas têm de estar certificadas. Não é porque nós nos lembramos de colocar lá! E quando falamos em catorze milhões, efetivamente, são catorze milhões. O Município, não dá de bandeira o derrotar nos Tribunais, tomáramos nós que assim fosse, percebe? Porque, mesmo aquele processo que era arrastado com a firma MJC, que eram mais de trezentos e setenta e dois mil euros, mais juros, finalizou-se de uma vez por todas, ficou o acordo por trezentos e cinquenta mil euros e sem juros, porque havia prejuízo do Município, efetivamente, perder esse processo e mais só aquilo que paga em advogados, nem vale a pena comentar. Só aquilo que foi pago em advogados, sobre esse mesmo processo, como outros processos que estão a decorrer. Esteve aqui oito anos, quem esteve aqui oito anos, não resolveu problemas nenhuns sobre ao que à Contabilidade, diz respeito, aí é que foi maquilhar as contas. Nós aqui não estamos a esconder nada, está aí tudo aquilo que era, era muito mais fácil para nós chegarmos aqui e hoje calarmo-nos e não dizermos nada, como faziam no passado. Não, assumimos perentoriamente de frente aquilo que estamos a fazer, não escondemos e mais, eu gostava que tivesse vindo o seu colega, mas você também teve tempo de trabalhar com o Executivo anterior e sabe aquilo que foi feito.

Agora eu a seguir vou dar a palavra quer à Chefe de Divisão Administrativa e Financeira para se pronunciar sobre as contas, que é a obrigação dela, e também ao Gabinete de Contabilidade para se pronunciar sobre aquilo que você aqui afirmou. Que, é para ficar bem esclarecido e não quero que tenha aqui nenhuma dúvida sobre aquilo que afirmou.



Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Posso, posso?”

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Não, agora não pode. Eu ouvi-o atentamente, agora você vai-me ouvir agora.

A situação do incumprimento fica já esclarecido que o Município tudo está a fazer para, efetivamente, ir ao FAM. E o FAM, Senhor Vereador, quando tiver que, o que eu tenho falado do FAM, porque o FAM é a salvaguarda para este Município poder endireitar as contas financeiras do Município e se você não estiver ciente disso, não está a ser correto, nem consigo, nem conosco. Porque dado o endividamento que existe da dívida de curto e médio prazo, que é mais de três milhões de euros, porque estava dívida na gaveta escondida, que é mesmo essa a palavra, estava lá escondida que nem tiveram coragem de a assumir, que era bom que a assumissem, que não a assumiram só de dívida de curto e médio prazo. O FAM é, efetivamente, a salvaguarda deste Município, para poder fazer uma gestão corrente correta e para ter saúde financeira para andar para a frente. Que é uma vergonha, isso assumo-lhe aqui, assumo-o em nome do Executivo, é uma vergonha o Município pagar a mais de um ano, que demora a pagar aos fornecedores de curto e médio prazo, isso é uma vergonha. Como na praça aqui em Freixo de Espada à Cinta, as dívidas que tinha. Quando me vem aqui falar de faturas que são de 2008 e de 2009, é vergonhoso, quem esteve durante oito anos, o que é que fez a essas faturas? Porque é que não as assumiu? Porque é que não assume aquilo que está já na Contabilidade, porque existem muitas faturas que não estavam metidas, não estavam inseridas que deviam estar e agora sim, no final do ano. Quando vem aqui, vem dizer que no final do ano de haver o aumento, quando estava a falar. Claro, que tem de haver aumento, como no próprio relatório que eu lhe li, está lá que no final do ano tiveram que ser faturas contabilizadas, que não estavam contabilizadas e sim, nós não estamos a trabalhar aqui com nenhuma maquilhação de contas. Nós temos de saber a verdade, de quanto o Município, efetivamente, deve, coisa que não existia. Porque quando alguém que esteve aqui, nem sequer teve a hombridade, de dizer quantos prestadores de serviços é que existiam. Que eram noventa e dois prestadores de serviço, que era uma fatura mensal de setenta mil e duzentos euros, que no final do ano é quase um milhão de euros. Como nem sequer teve a hombridade, de dizer que houve uma taxa de execução orçamental, de noventa e seis por cento, só com despesa de pessoal. Quando nem sequer tem a hombridade, de dizer e de afirmar, e isso é que



*Ar*  
*✓*

você havia de dizer, que trezentos e cinquenta mil euros foi o aumento da despesa com o pessoal, só no ano de 2021, sabe porquê? Porque era ano de eleições, por isso, é que houve esse aumento todo. Isso é que você havia de dizer, a realidade dos factos e que não o disse. Como há mais, quando diz a análise, sem execução do certificado do ROC, então você acha que nós vínhamos para aqui se não fosse o ROC a fazer a análise e sem o certificado do ROC? Eu aqui até pedia ao Dr. António Morgado que desse a explicação ao Senhor Vereador do porquê do ROC não estar aqui hoje. Se faz favor, se não teve sempre o contacto com o ROC e se a Dra. Susana teve ou não teve, como Chefe de Divisão deveria ter tido e se o Dr. António Morgado se teve ou não teve contacto com o mesmo e o que é que o mesmo lhe transmitiu. Ainda hoje de manhã, o que é que lhe transmitiu ontem sobre o documento da certificação de contas, se existe ou não existe algum problema e se não há seriedade neste documento daquilo que está aqui a ser feito. Aquilo que foi feito, aqui pelo Senhor Vereador, foi colocar em causa todo este documento, sobre a seriedade do mesmo documento. Eu passava agora a palavra a si, Chefe da Divisão, para poder falar sobre isso. Quer falar alguma questão sobre o documento? Não? Muito bem. Faça então o favor, Senhor Dr. António Morgado, de falar sobre a questão do ROC e se teve ou não teve contacto com ele.

Usou da palavra o senhor Técnico Superior da Contabilidade Dr. António Morgado que referiu: “Relativamente, ao Dr. Pedro Santos, que é ele o nosso Revisor Oficial de Contas. Eu tenho estado em contacto com ele, já há bastante tempo, como é óbvio, porque este processo é um processo moroso. Tenho-lhe feito chegar as nossas necessidades temporais também dos documentos, é óbvio que compreendo, que ele também terá outras empresas e outras coisas. Tem sido enviada toda a informação que nos tem sido pedida, posso dizer que ontem eram as sete, sete e um quarto, sete e meia, não me recordo, foi mais ao menos quando o Senhor Presidente saiu também do edifício e eu estava a enviar alguma informação. O Dr. Pedro Santos disse que hoje não iria poder estar, esperemos que esteja na Assembleia e estamos a contar com a presença dele na Assembleia. Relativamente, ao documento, ele prometeu-me que me fazia chegar ainda hoje, de manhã, o Draft, que é um Draft, ou seja, ele não pode certificar as contas, sem elas estarem aprovadas em sede de reunião do Executivo. Que me fazia chegar hoje de manhã o Draft, que era para eu fazer chegar o mesmo documento, tanto ao Executivo e como também aos Vereadores sem pelouros, para poderem analisar. As contas e



*Handwritten initials in blue ink.*

aquilo que eu tenho falado com os colaboradores do Dr. Pedro e com o próprio Dr. Pedro estão normais, é óbvio que vão colocar algumas reservas. Essas reservas irão ser um bocado cópia e cola daquelas que já vêm de trás e estão focadas, principalmente, com o património. Também, provavelmente, algumas reservas que ainda estão afetadas à transição do POCAL ao SNCAP. Mas, eu volto a lembrar que a DGAL e as instituições que controlam digamos as finanças públicas, determinaram um período de transição de três anos, para ir adaptando o sistema POCAL, ao sistema SNCAP e ainda estamos dentro desse período. Todos os anos, têm sido introduzidas melhorias no próprio sistema e têm sido feitas alterações para cada vez mais, as contas espelhem aquilo que realmente é o estado das finanças públicas, neste caso, do Município.

Relativamente à certificação, julgo que fui explícito, não sei se quer que fale demais alguma coisa.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Sim, eu quero que fale mais sobre um aspeto. A questão sobre os catorze milhões de euros da dívida, que nós tínhamos falado sobre o mesmo, já agora faça a explanação sobre o mesmo e porque é que se chega a esse valor, que é para ficar bem claro sobre isso mesmo. Também da dívida de curto e médio prazo, porque é que passa de quase um ponto dois, para mais de três milhões, porque é aquilo que não estava contabilizado. Eu pedia essa explicação, se faz favor.

Usou da palavra o senhor Técnico Superior da Contabilidade Dr. António Morgado que referiu: “Os serviços de Contabilidade tiveram aqui duas vertentes, quando recebemos ordens por parte do atual Executivo para fazer a circularização de todos os fornecedores. Uma circularização a cem por cento é quase impossível de fazer, mas estivemos muito próximos dos cem por cento. Foram questionados, foram pedidos extratos, procurou-se ver tudo e picar fatura a fatura e comparar com os valores que nós tínhamos no nosso sistema informático registado. Todas as faturas de, praticamente, eu não quero estar a mentir, mas se calhar para aí de noventa e cinco por cento dos fornecedores do Município. Nesta circularização constatámos duas situações; uma delas, existia a posse da fatura, ou foi-nos enviada a fatura propriamente dita pelo fornecedor e nesta situação quando já temos a posse da fatura, questionámos a DGAL qual seria o melhor procedimento para poder reconhecer, digamos, essa dívida na Prestação de Contas e foi-nos dito que deveríamos fazer, desde que o Município tenha posse das



faturas, deve ser reconhecida ou deveríamos reconhecer em faturas de receção e conferência. Mesmo, não levando ao orçamental, mas reconhecer na mesma essas faturas, em faturas em receção e conferência. Durante o ano seguinte, proceder à regularização das mesmas, introduzindo-as na contabilidade orçamental e passando de faturas em receção e conferência, para faturas de fornecedores de conta corrente. A restante dívida veio porque não houve dados até ao final do fecho do documento, veio da diferença daquilo que era o nosso extrato e o extrato do fornecedor, decidimos introduzir aqui também um valor que corresponde a essa diferença. Se nós temos o fornecedor A que tem no seu extrato cinco mil euros de dívida, do Município para com ele e nós só registamos no nosso sistema dois mil e quinhentos, há aqui uma diferença de dois mil e quinhentos, neste caso, nós não pudemos assegurar que é dívida, e quando digo dívida efetiva, não há um documento de suporte aquela diferença. Os documentos de suporte são os extratos de conta, mas pode haver uma nota de crédito, pode haver uma fatura que foi rejeitada pelos serviços, porque o serviço não foi, efetivamente, feito entre outras situações. Nestas situações, nós na Contabilidade e também em conjunto com a DGAL, com o ROC e demais entidades, qual foi a solução que encontramos, fomos se calhar super protetores, sim e decidimos levar a provisões o valor desses passivos omissos, ou seja, são passivos que de facto há aqui uma diferença, simplesmente, não temos o documento. Estas duas vertentes foi a estratégia levada pela Contabilidade. Mais uma vez, eu quero vincar que isto não foi da minha cabeça, não foi ordens diretas do Executivo ou de outra coisa qualquer, foi conversações que foram efetuadas, efetivamente, com a DGAL, o ROC, a empresa que nos está a prestar também consultadoria a nível dos registos contabilísticos. Pronto, não houve aqui nenhum iluminado que disse “vai”, é um conjunto de entidades, de personalidades que entenderam que seria a melhor solução. Esta mesma situação foi levada a cabo também com os passivos contingentes, é óbvio que os advogados, ou a sociedade de advogados não se quer atravessar e dizer assim: neste processo há uma probabilidade de cinquenta por cento, ou de cem por cento, seja o que for, de a Câmara ter que vir a pagar ou a não ter de vir a pagar, não é. Eles não se querem atravessar com isto, nós temos de tomar decisões a nível contabilístico e volto a dizer que a decisão sensata, ou a que nos pareceu mais sensata e se calhar mais, chamem-lhe, mais tradicional, mais perfeccionista, ponham o adjetivo que quiserem, foi levar a provisões o valor atual destes passivos contingentes. Exceto um, que eu vou dizer que o ROC tinha lá explicitamente escrito, o ROC não, a



*Handwritten signature and mark*

sociedade de advogados dizia lá, explicitamente, prevê-se uma decisão favorável, a favor do Município.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Mas não está aqui esse?”

Usou da palavra o senhor Técnico Superior da Contabilidade Dr. António Morgado que referiu: “Não, não está aqui porque não foi levado a provisões. Pronto, a verdade, quer queiramos, quer não, é aqui estamos a falar em doze milhões e qualquer coisa, mais estas provisões que andam à beira de um milhão e trezentos, não é. Chega aos catorze, importa também referir que na ótica das finanças locais, as provisões não contam para o endividamento. Mas a verdade é que elas podem tornar-se endividamento.

Só um último ponto, Senhor Presidente, se me permitir. As provisões tanto se fazem como se desfazem, desculpem usar esta ligeireza, mas se o desfecho do processo judicial for inverso àquele que nós tínhamos espelhado na Contabilidade, só temos que fazer uma reversão da provisão e, neste caso, deixará de ser um gasto para o Município e passa a ser um rendimento.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem, agradeço a sua explicação e continuar com as explicações que é para ficar bem ciente. Quando ao Senhor Vereador, afirma que não houve financiamento bancário durante 2021, não foi necessário fazer nenhum empréstimo, porque quem foi o financiamento desta Câmara durante 2021, foram os próprios fornecedores. Por isso é que estão lá a arder agora as contas todas para se pagar do ano de 2021. Só a título de exemplo, para ficar bem elucidado, por exemplo, o combustível durante o ano de 2021, nada foi pago, só a título de exemplo, entre outros que esses é que eram o banco da Câmara. Basicamente, deixou-se de pagar, por isso, não é necessário fazer empréstimos, quando assim é. Não se assume, não é necessário, estão os fornecedores aqui a assegurar. Depois, quando fala dos Tribunais, dar como um dado perdido, ali o Dr. António Morgado, acabou de frisar aquilo que era, exatamente, aquilo que era para frisar. Mas há aqui mais dois dados que eu lhe quero aqui frisar. Por exemplo, das Águas do Norte, já está em Tribunal, nós temos quase a plena noção que o Município não será vantajoso, nem será vencedor desse processo e que é um valor bastante avultado. Aquilo, que demos indicações aos advogados é para terminar com esse processo e para chegarmos a um entendimento, se temos



que pagar então que se estanque já e que se comece a trabalhar já numa solução para pagar e não aumentar. Nem a dívida de juros, mais com as Águas do Norte, nem a dívida com os advogados, esse é outro ponto. Como, por exemplo, com a Radiar, que é um valor comparativamente com as Águas do Norte inferior, mas para evitar ir a Tribunal tivemos já que negociar, tal como, com a ISPI, exatamente, a mesma coisa. São alguns pontos, sobre o FAM quero que fique bem lucidado, que você até afirmou que eu tenho andado a falar do FAM. Tenho andado a falar do FAM e para se ir ao FAM tem de se ter uma taxa orçamental de execução de duzentos e vinte por cento, ou duzentos e vinte e cinco por cento, que não chega lá o Município, nem que tivesse aqui a inventar dívida, que não o fazemos. Aquilo que foi feito e já negociado, tem ali levado bastante trabalho e isso não admitimos que ponha em causa o nosso trabalho. Foi negociar com o Governo, foi negociar com a Associação Nacional de Municípios, foi negociar com o FAM, quer para poder a título excepcional, ser inserido no orçamento de Estado para o Município de Freixo de Espada à Cinta, puder aderir ao FAM. E que o endividamento, para ir ao FAM, não vai para os duzentos e vinte ou duzentos e vinte e cinco por cento, vai aquilo que é a realidade. Tal como, as contas todas até ao final do ano de 2021, não estavam inseridas, correto ou não correto. Do SIAL que se teve que meter tudo que estava para trás, mas sabe quem é que não inseriu, quem me antecedeu na cadeira, que não estava lá nada contabilizado. Isso faz quase lembrar, as transferências de competências, quando assumo se sem questionar, foi aquilo que estava no despacho dado à Dra. Telma, é quase a mesma coisa. Aquilo que nós fazemos para que fique bem claro e elucidado, aquilo que fizemos foi a verdade dos factos, que nem eu permitia enquanto Presidente desta Câmara, enquanto eu for Presidente desta Câmara que haja aqui tralhões e mentiras. Aquilo que foi dito foi para falar diretamente com a DGAL, que é quem tem a entidade máxima, falar com o FAM diretamente, falar com o ROC e sobre a certificação das contas, fique aqui mais patente, outra questão, que quero que fique bem elucidado. O ROC é exatamente o mesmo que acompanhou a Senhora Maria do Céu Quintas, durante os anos anteriores, nem terminámos com eles precisamente por isso mesmo. Porque ainda há isso da responsabilidade das contas que não são nossas, nós temos apenas dois meses e meio de gestão da Câmara no ano de 2021. É exatamente o mesmo ROC, ou então o ROC antes era sério e agora deixa de ser sério, penso que não, que não é esse sequer o caminho. Continua a ser o mesmo ROC, foi-lhe dito para estar presente, hoje aqui na reunião, foi-lhe dito para mandar a



tempo e horas todo o documento, tal como, eu também afirmei já aos serviços de Contabilidade, para este Relatório de Prestação de Contas tem de estar quinze dias antes pronto. Não é, “em cima do joelho”, como tem sido nos anos anteriores, que é para ficar bem claro tudo. E mais, sobre a certificação de contas fica já a saber que o ROC está completamente a certificar as contas e tem de as certificar depois de ser aqui aprovado. Tal como, a Assembleia Municipal, só tem é que estar presente, que hoje já lamentamos que o mesmo não esteja presente, porque esteve sempre presente enquanto foi a Senhora Maria do Céu Quintas, a Presidente desta Câmara, esteve sempre presente nas reuniões de Câmara todas, olhe que eu tenho boa memória. Esteve sempre presente, sempre, hoje não está presente embora tenha ele o ónus disso mesmo e a Contabilidade esteve em conversações, ontem de manhã, à tarde, à noite e hoje de manhã, antes até de virmos para a reunião. Tal como eu recebi e olhe, até lhe vou ler, que é para ficar bem claro, se há coisa que eu gosto e que este Executivo preza-se sempre é de transparência máxima. Olhe, Dr. Pedro Santos auditor; «bom-dia Presidente estamos a trabalhar, ultimar o documento para enviar. Caso seja necessário, podemos entrar no Zoom, para prestarmos esclarecimentos». Se quiser, senhor Vereador, podemos ligar e entra por Zoom para prestar todos os esclarecimentos, que eu não quero que fique com nenhuma dúvida. Porque aquilo que afirmou aí, para mim há coisas que são graves e que eu não admito, colocar a nossa dignidade em causa. Por isso, nem nós estamos aqui a badalar o FAM, a sete ventos que vamos ao FAM. Para ir ao FAM, nós temos a noção que tem de vir à reunião de Câmara, à Assembleia Municipal e também temos a noção que temos a maioria na reunião de Câmara e na Assembleia Municipal. Existe é uma diferença, é que isto não é nenhuma ditadura, ao contrário do passado que não se respeitava os Vereadores da Oposição, nem tão pouco os Deputados Municipais, hoje faz-se precisamente o contrário. É que se respeita os Vereadores da Oposição, dá-se conhecimento de tudo e tal como, na Assembleia Municipal dá-se conhecimento de tudo. Atempadamente e a tempo e horas, enviam-se todos os documentos que é necessários, que tal como é para nós não ficarmos vinculados a nada, que fosse prejudicial no futuro, quer o Executivo camarário, quer os Vereadores da Oposição, tivemos o cuidado de na elaboração deste Relatório, sempre em tudo aquilo que é mesmo para aderir ao FAM, não é aderir por aderir, como muitos Municípios fizeram. É aderir com os “pés bem assentes na terra”, é aderir com tudo que é necessário da DGAL e tudo o que é necessário introduzir das contas do SIAL. Aliás, Dr. António Morgado, refira aqui ao Vereador



Eng.º Ricardo, desde quando é que não estavam inseridas as contas do SIAL, que tiveram que trabalhar arduamente para acabar já o ano de 2021, que acabaram há pouco tempo de introduzir tudo porque não estava inseridas. De que anos estavam a reportar?

Usou da palavra o senhor Técnico Superior da Contabilidade Dr. António Morgado que referiu: “Reportamos, julgo que foi a Prestação de Contas de 2020 e de 2021.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Que eu saiba em 2020 ainda não era Presidente de Câmara e nem sequer lá estavam metidas. Em 2021 já foram no final e também não estavam metidas, isto para ter bem a noção. Que nós quando fazemos as coisas, até porque para ir ao FAM é necessário, o FAM não empresta dinheiro só por emprestar, porque o dinheiro vai-se ter que pagar. Agora aquilo que já negociámos com o FAM foi uma taxa de juro que nenhum banco lá faz, que é baixíssima, que é zero vírgula nove por cento. Este acordo já está feito anteriormente, não está é escrito, mas estou-lhe aqui a abrir, transparência máxima.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Senhor Presidente.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Não, depois já lhe passo a palavra que aqui nesta reunião todos falamos. Que é para ficar tudo bem acordado. Agora teve que se fazer esse trabalho todo de bastidores, para conseguir no futuro pudermos aderir ao FAM. Que é agora quando o orçamento de Estado, começar a ser debatido, que já está o artigo escrito em consonância com a Associação Nacional dos Municípios, com o FAM e com a Secretaria de Estado das Autarquias Locais, para poder ser lá inserido. Freixo de Espada à Cinta, a título excepcional, porque se fosse normal não poderia ir, não temos duzentos e vinte, ou duzentos e vinte e cinco por cento de endividamento, mas a título excepcional para fazer face a isso tudo é que vamos lá. Porque também não sabemos que dívidas é que aparecem mais, é que todos os dias aparecem mais coisas para pagar. Estamos sempre aqui, até parece que é uma roda-viva. Eu lamento é quem me antecedeu, quem nos antecedeu, que esteve sentada nesta cadeira, que não tenha tido a hombridade e a coragem de assumir aquilo que é. Aquilo que nós não vamos fazer, Senhor Vereador, é assumir aquilo que não existe



nesta Câmara. Nós vamos assumir o que existe taxativamente. Nós só pudemos ter uma situação de cumprimento se enfrentarmos a verdade de frente, cara a cara e olhos nos olhos, assumimos que existe um problema e se existe um problema temos que o resolver, é nisso que estamos aqui a trabalhar. Se o FAM é o caminho que existe, é por esse que vamos, porque não obriga, por exemplo, as taxas a subirem ao máximo, como é o IMI, como é o IRS. Não obriga a ir ao máximo, bem pelo contrário, obriga a ir desde que se consiga cumprir com aquilo tudo, se não tínhamos que aderir a outros processos.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Obriga, obriga.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Não, não obriga. Já fala depois. Não obriga a ir ao máximo, desde que se consiga cumprir com aquilo que é necessário. E quando chegar o FAM, que venha aqui, terá oportunidade de falar sobre o mesmo. Agora, há algo que eu sei, quem nos colocou nesta situação não fomos nós, foi quem nos antecedeu e isso é que é taxativo. Como também sobre a questão da DGAL, a DGAL como bem sabe é a entidade máxima que é para poder andar contudo aquilo que é necessário para a frente e é isso que temos estado a fazer. Por isso, Senhor Vereador, em relação à seriedade das contas, de maquilhar, aqui não se maquilha nada, o que é, é, o que não é, não é. Aliás, temos sempre o cuidado, mesmo no período de antes da ordem do dia de dar nota de tudo aquilo que está a ser feito e transparência máxima. Aquilo que os serviços de Contabilidade têm indicações é para espelharem tudo aquilo que existe, tal como, qualquer serviço aqui no Município, enquanto nós estivermos aqui. Porque é desta forma que queremos trabalhar, é desta forma que trabalhamos, com seriedade, honestidade e transparência máxima. É isso sempre que faremos, eu quero-lhe aqui recordar, que são dois pontos que valem o que valem, que nem o direito de oposição existia no site do Município, nem as atas que estavam no site do Município, que era para estar lá toda esta discussão, isto fica lá tudo e isso é ponto assente. Por isso, deste Relatório de Prestação de Contas está aqui frisado, espero que tenha ficado elucidado sobre a questão das provisões e sobre a questão de tudo aquilo que era aqui questionado por si. Foi já explicado e bem pelo Dr. António Morgado, pelos serviços de Contabilidade, sobre aquilo que é. Se houver necessidade, do ROC, Dr. Pedro Santos, entrar, tem de entrar e dar a explicação toda que seja necessária, como o mesmo tem de estar na



OR  
M

Assembleia Municipal. Torno a frisar este ROC, é o mesmo que há cerca de uns meses atrás, estava aqui a dar explicações com a Dona Maria do Céu, aqui sentada. É, exatamente, o mesmo não encerrámos o trabalho com ele, bem pelo contrário, continuou exatamente por isto, que é para sermos justos. Seria muito mais fácil fechar com ele e não dar continuidade, não. Sermos justos, que tem aqui oportunidade de explicar. Porque se há algo que eu sempre debati, foi o Relatório de Prestação de Contas e o Orçamento e sempre com responsabilidade. Eu gostava era que, no passado, aquilo que eu lhe estou a fazer a si, tivesse sido feito também a mim, percebe, isso é que seria honroso e com regularidade. Não, foi sempre feito o oposto disso tudo. Por isso, aqui tem sempre a liberdade de falar, sempre a liberdade de expressar aquilo que sente, agora há uma coisa que nós, como deve compreender, não admitimos é que coloquei em causa, que estamos a maquilhar contas, ou que estamos aqui a usurpar dados, não. Aqui é a veracidade dos factos. Se quer falar, força esteja à vontade

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Eu agradeço as suas palavras, no sentido de me dar essa oportunidade. Agora, Senhor Presidente é evidente que o recurso ao FAM, eu entendo perfeitamente a sua posição e é uma posição política. Agora, eu quero-lhe dizer, relativamente, à questão do juro, é evidentemente que o FAM tem o juro associado a taxa de juro da República e as taxas de juro têm estado baixas, daí possivelmente haver uma taxa até atrativa, relativamente, ao FAM. Agora, o que eu pude apurar é que o recurso do Município, ao FAM, vai implicar o aumento exponencial das taxas de IMI, da taxa de IRS e vai implicar uma série de restrições ao nível operativo por parte do Município, designadamente, no que consente à parte do investimento e das receitas correntes. Agora, Senhor Presidente, como lhe digo são opções políticas. Agora, eu a bem da minha consciência, como deve compreender e frisou, temos vindo a frisar ao longo destas reuniões todas, que há liberdade de expressão, nesta sala, nesta Câmara. Eu, a bem da consciência, não posso concordar com uma opção que o Município irá ter que vai implicar alguns constrangimentos financeiros para os munícipes e que já tivemos no passado, quando se recorreu ao PAEL e ao fundo de reequilíbrio financeiro. Essas situações a mim é que me causam incómodos, Senhor Presidente, daí ser esta a minha posição.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Muito bem. Olhe eu vou começar, precisamente, por a última frase que disse, que



lhe causam incómodos os constrangimentos financeiros. Eu quero-lhe aqui recordar que a nós também nos causam incómodos os constrangimentos financeiros, era bom é que não existissem se quem esteve aqui durante oito anos tivesse feito o trabalho de casa e que tivesse zelado para que não fosse necessário, agora, recorrer ao FAM. Isso é que o devia incomodar e não pelos constrangimentos. Em relação ao FAM, terá oportunidade depois de analisar tudo aquilo, quando vier o FAM cá para ser aprovado e para ser explicado, sobre se as taxas vão até ao máximo ou não. Agora, há algo que tem de ser aqui claro e que não andamos aqui a esconder, nem a maquilhar. Como é óbvio, há consequências de ir ao FAM, porque, neste momento, da forma que está a Câmara é ingovernável, ou não tem essa noção. A Câmara, neste momento, é ingovernável na parte financeira, você tem de ter a noção que a credibilidade do Município caiu na bancarrota. Você, hoje em dia, quer pedir material a fornecedores e fecham-lhe a porta. Mais; aqueles que dão, dão com um empolamento gravíssimo, a nível da faturação do que deveria ser, é quatro ou cinco vezes mais, é correto ou não é, é quatro ou cinco vezes mais que põe aqui às contas do Município. Como fale com a Divisão de Obras, hoje não está aqui o Eng.º José Carlos, porque fui eu que disse para não estar, porque está a trabalhar precisamente num projeto que é para levarmos por diante, que nem sequer vem depois nenhum tema da Divisão de Obras, pergunte à Divisão de Obras a dificuldade que tem, quando quer material, que lhe é questionado, ou lhe é barrada, porque não há credibilidade. Aquilo que temos estado a fazer, porque quem nos antecedeu deixou isto da credibilidade pelas ruas da amargura, é estar a pagar dentro das nossas possibilidades, apesar que ainda não temos o FAM, estar a pagar e a honrar os nossos compromissos. Como também da questão dos combustíveis aqui na vila, ou paravam os carros todos do Município. Não, já pagamos cerca de cinquenta ou sessenta mil euros, que já foi pago de um total de cem mil euros, temos estado aqui a dar o máximo. Por isso, não admitimos que brinquem com o nosso trabalho. Aquilo, que estamos a fazer é para colocar Freixo noutra patamar, como a nível do FAM, os constrangimentos, eu quero-lhe aqui recordar que quem me antecedeu, tinha as taxas no máximo, nunca teve a hombridade, podia ter diminuído e não diminuiu. Nunca teve a hombridade desde o início, sabe quando as diminuiu, quando nós propusemos enquanto Vereadores da Oposição, por exemplo, a devolução de metade do IRS do total para ficar, tal como, o do IMI, tal como, os direitos de passagem, daquilo que era necessário. Os direitos de passagem, pura caso, dissemos sempre que fosse no máximo porque esses têm de pagar, agora do IMI e do



IRS, aquilo que nos iremos debater sempre é para que sejamos justos com a nossa população. Também afirmar à população, que quem nos colocou nesta situação, obriga a tomar estas medidas e o FAM tem outro pormenor, que também devia ter referido, quando se é sério a falar, fala-se tudo e tem de se dizer tudo aquilo que o FAM é. O FAM não tem um limite de idade de endividamento, por exemplo, eu quero-lhe aqui recordar e a título informativo, por exemplo, Fornos de Algodres fez um empréstimo de trinta e sete anos e que fica diluído no tempo com a taxa muito baixa de pagamento. Não é isso que o Município de Freixo vai fazer, não vou revelar aqui mais pormenores, que ainda não o devo fazer. Até porque já percebemos que você é contra o FAM, mas aquilo que iremos fazer dentro daquilo que é razoável e possível para o Município, levar a bom porto. Para ter uma capacidade financeira e uma saúde financeira estável, possamos ter contas equilibradas, pagar a tempo e horas aos nossos fornecedores, nunca falhar com os vencimentos dos nossos funcionários, que era aquilo que ia acontecer logo no primeiro mês que tomamos aqui posse, que a rubrica teve que ser alterada porque não havia dinheiro nessa rubrica e como hoje, aqui este Relatório também espelha, foi noventa e seis por cento que foram executados. Como também este relatório espelha que foram trezentos e cinquenta mil euros a mais que foi gasto com o pessoal só no ano de 2021. Por isso, é necessário ter a noção daquilo que é e este investimento não fica condicionado, um investimento destes é sempre justificado. Que é possível e tem o financiamento assegurado, como é o caso, das candidaturas. Por isso, é que estamos a trabalhar com as candidaturas e, como bem sabe, entramos nas candidaturas para quê? Para termos candidaturas aprovadas e que tenham taxa de execução excelente, de oitenta e cinco ou cem por cento. Como é o caso, agora da de Poiares, que é cem por cento, como é também, para a Santa Casa e isso o forte Gabinete de Candidaturas leva a uma taxa de execução superior, que aquela que existe aqui no que espelha neste Relatório. Sobre a questão do financiamento e é nisso que estamos a trabalhar, é arranjar dinheiro que é isso que o FAM depois permite, é arranjar dinheiro para pudermos suportar tudo aquilo que é o ónus. Porque se a Câmara Municipal não aderir ao FAM, ou a outro tipo de programa de equilíbrio financeiro, ou PAEL, mas, sobretudo, o FAM que é o melhor destes todos, se não adquirir. Então, a Câmara, simplesmente, ficava parada no tempo e fazia aquilo que quem me antecedeu estava a fazer, que era criar endividamento, não fazia empréstimos bancários, porque tinha os fornecedores aqui a entrar com o dinheiro sempre atempadamente e só pagava os vencimentos. Não avançávamos para a frente, não. Aquilo que



estamos a fazer é olhar para o futuro, sabemos os constrangimentos que temos na nossa governação, mas não baixamos os braços, temos dado o máximo de nós todos, dos três juntamente com os funcionários para levar isto a bom porto. Sempre, é assim que irá ser sempre feito. Sobre este Relatório de Prestação de Contas, você tem, ainda bem que assim é olhe, porque aqui há uns meses não era nada disto. Aqui há uns meses era má educação total, era tentar silenciar e votar por cima dos Vereadores da Oposição, como aconteceu. Hoje, não, hoje existe aqui um convívio de salutar, respeito mútuo, sobre as suas opiniões, respeitamo-las por inteiro e pudemos discordar delas, que discordamos como é o facto, agora respeitamos ao máximo e damos-lhe hipótese de falar. Coisa que não acontecia no passado, isso que fique bem patente. Agora sobre esta questão, três notas antes de encerrar a intervenção; o FAM é, efetivamente, a salvaguarda deste Município e não é esses constrangimentos todos que o Senhor Vereador está a afirmar, definitivamente tem de haver subidas, mas não é há taxa máxima, isso vai ficar provado quando o mesmo vier aqui a discussão e vai ser o representante do FAM que vem cá explicar. Que é assim que nós entendemos, trabalhamos sempre com as entidades máximas. Segundo ponto; a certificação legal de contas foi sempre o cuidado de falar diretamente quer com a DGAL, quer com o FAM e com todas as entidades responsáveis, quer com o ROC. Terceiro ponto; não estar aqui o documento hoje, não é da nossa responsabilidade, do ROC não estar aqui. Não é da nossa responsabilidade é da responsabilidade de ele próprio não estar cá, tão simples quanto isso, como tem de estar na Assembleia Municipal. Sim, o Gabinete de Contabilidade fez um trabalho excelente, naquilo que é dentro das condicionantes, daquilo que existe. Em relação à dívida, para encerrar este terceiro ponto, nós não vamos camuflar dívida, nem a vamos por lá na gaveta. Aquilo que existe há que assumir e há que pagar, independentemente, de já estar ou não estar, por isso é que existem os omissos. Tomáramos nós, Eng.º Ricardo, que quando temos reuniões, não viessem supressas como têm vindo sempre, até do FFIL, tanto investimento, como já foi falado aqui noutras reuniões e depois ainda se deve. De outras questões que ainda estamos a dever rios de dinheiro. Mas, há um que também é perentório, também tenho aqui que afirmar, eu acho muito curioso que quem me antecedeu tenha tido o cuidado de pagar na semana, que eu ia tomar posse, olhe este mobiliário todo que aqui está e também no Gabinete do Presidente, que foram setenta e tal mil euros. Acho muito curioso, que ainda tenha sido feito isso, como também acho muito curioso, que se tenha feito e celebrado contratos, de quinze anos de aluguer



OK  
M

de apartamentos que o Município fica lesado e fica ali comprometido, que no final fazendo contas são cento e cinquenta mil euros, olhe é melhor que ir jogar uma raspadinha ali à Dona Graciosa, é melhor do que jogar uma raspadinha, porque ficou ali fechado. Isso é que são constrangimentos, entre outros. Por isso, que fique bem patente que enfrentamos sempre tudo de frente e com a máxima honestidade.

Não sei se tem mais alguma coisa a dizer?

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Senhor Presidente havia aqui só uma nota. Que não referi, mas nem sei se o Senhor Presidente terá agora condições de me esclarecer, que tem a ver com quanto dinheiro está a pensar pedir então ao FAM, quais as condições, designadamente, juros que já falou e também o prazo. Se já tem alguma ideia, neste caso, que me possa adiantar.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Hoje, Senhor Vereador, já temos completamente isso bem esclarecido na nossa cabeça e aquilo que vai ser. Mas para não lhe adiantarmos pormenores, porque nós quando estamos a governar um Executivo, acreditamos e pensamos nisso que estamos todos de boa-fé para levar isto a bom porto, para salvaguardar e salvar o Município. Neste momento, por uma questão de acordo e porque o FAM ainda não está aqui aprovado. Quando for objeto de debate aqui sobre o FAM, ficará a saber qual é o prazo do endividamento que iremos colocar, qual é o montante que iremos pedir e todas as questões inerentes ao FAM. Agora, não falaremos em suposições, hoje já abrimos aqui um campo que foi qual seria a taxa de juro, que é essa que estamos aqui a trabalhar e é essa possivelmente que irá ser. Por isso, quando tivermos tudo, dados concretos para trazer cá, aí falaremos sobre tudo. Por isso, sobre essa questão está completamente respondida e elucidada.

Não sei se tem mais alguma? Vamos colocar à votação.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, com uma abstenção e um voto contra, aprovar a Prestação de Contas Relativa ao Exercício Económico de 2021 em apreço, mais deliberando ainda submeter a presente proposta à consideração e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira absteve-se pelas razões enunciadas. -----



O Senhor Vereador Eng. Ricardo José Sapage Madeira votou contra pelas razões enunciadas. -----

----- Declaração para a ata, solicitada pelo Senhor Vereador Eng. Ricardo Madeira. -----

“Sem ter conhecimento dessa informação, subsiste uma opinião por parte da empresa que presta assessoria jurídica, em passar os passivos contingentes para provisões, relativamente aos processos judiciais em curso, tendo em vista garantir financiamento por parte do FAM, sendo que este passivo vai fazer com que se verifique um agravamento da posição financeira do Município, designadamente, ao nível da demonstração dos resultados e do balanço. Estamos a falar de um valor extremamente elevado, na ordem dos novecentos mil euros, que a bem da veracidade dos factos contabilísticos seria merecedor de uma série de reflexão sob o ponto de vista político. Nestes termos, a meu ver, a Prestação de Contas não reflete verdadeiramente os aspetos reais da posição financeira do Município, designadamente, ao nível dos princípios da materialidade e da prudência. Dada a constituição destas provisões, parece-me bastante precoce sob o ponto de vista jurídico, mas acima de tudo, sob o ponto de vista político, que o Município assume esta posição, ou seja, o facto de o Município estar literalmente a “atirar a toalha ao chão”, assumindo desde já que os processos judiciais em curso irão ter um desfecho desfavorável, com consequências financeiras. Além do mais, transparece no Relatório que há uma real pretensão em aumentar a despesa no sentido de se recorrer mais tarde ao FAM, quando ainda nem sequer essa decisão foi discutida e deliberada tanto ao nível da Câmara Municipal, como ao nível da Assembleia Municipal. É de todo bom lembrar que, no que ao FAM diz respeito, a assunção do mesmo por parte do Município de Freixo de Espada à Cinta, implicará o agravamento das condições dos munícipes, designadamente no que diz respeito aos seus impostos em virtude de haver necessidade de tomar medidas drásticas com a determinação de taxas máximas de participação variável no IRS, na derrama sobre o IRC e do IMI. Por outro lado e a nível operacional esse recurso ao FAM implicará limitação da despesa corrente, incluindo medidas de racionalização dos custos com o pessoal, bem como investimento. Daí a necessidade de reflexão que anteriormente mencionei. Analisados estes factos relatados e pese embora existam outros que geram dúvidas, a minha posição será de votar contra a Prestação de Contas relativo ao exercício económico de 2021, em virtude de não concordar com a passagem de passivos



contingentes para provisões, relativamente aos processos judiciais em curso.”

----- Declaração para a ata, solicitada pelo Senhor Presidente da Câmara.

“A minha tomada de posição de abstenção, tentarei ser sucinto, prático e bastante eficaz. A abstenção prende-se, ao contrário, de quem me acompanha no Executivo, porque eu estive na oposição e verifiquei sempre como é que era elaborado o Relatório de Prestação de Contas e como era apresentado o Relatório de Prestação de Contas. Lamento que o Senhor Vereador da Oposição hoje tome a posição que tomou, que tome a posição que tomou no final desta Prestação de Contas. Porque se não tivesse sido tudo aqui escandalizado, se não tivesse sido explicado tudo aquilo que acabou de elencar na sua tomada de decisão, até poderíamos compreender. Agora, depois de lhe referirmos o que é que o FAM é, depois de lhe referirmos o que é que o FAM poderá ou não acartar para o Município, depois de lhe referirmos como é que, e isso não lhe admitimos, que coloque em causa aqui a nível jurídico. Como é que pode colocar até a parte jurídica toda em causa e mais, coloca aqui também, Senhor Vereador, em causa o Gabinete de Contabilidade e também a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que no final a palavra última é da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. Como é que pode por em causa algo do Relatório de Prestação de Contas, que lhe quero aqui lembrar, reporta ao ano 2021, que teve a gestão do seu partido, até outubro, até 13 de outubro. Teve a gestão do seu partido, que é quem é responsável por estas contas todas e mais como é que pode votar contra com algo, que o seu colega de Vereação, hoje não está aqui, mas gostaria de saber qual seria a tomada de posição dele, que iremos saber no futuro. Como é que pode votar contra alguém que acompanhou durante os últimos anos, não é admissível, não se percebe a sua tomada de posição e mais sabendo de antemão que os constrangimentos que hoje o Município atravessa quem os causou não foi este Executivo que hoje é por mim liderado, quem os causou foi exatamente o Executivo que era liderado anteriormente pelo seu partido político, que esteve aqui sentado durante oito anos e que levou ao estado que está hoje, ao estado que está hoje a Câmara Municipal e quando fala em parte judicial, não fomos nós que sofremos questões judiciais, vamos ver o que daí vai advir, das investigações que estão em curso. Iremos saber no futuro, que essas investigações estão em curso, também como iremos saber o que é que vai resultar da auditoria interna e da auditoria externa que está a ser levada a curso por parte, quer dos serviços municipais e quer



também por uma entidade privada que irá futuramente começar com a auditoria externa. Lamentamos que hoje, o Senhor Eng.º Ricardo Madeira, Vereador da Oposição da Câmara Municipal, tenha feito uma declaração que em nada justifica aquilo que foi aqui debatido. Três notas, fundamentais, uma; que tenha votado contra e que tenha feito uma declaração depois de ser tudo, tudo esclarecido aqui nesta reunião, sem ficar nenhum ponto por esclarecer. Segundo ponto; que afirme na sua declaração, factos que não são corretos, que não são corretos e o tempo dará melhor resposta àquilo que afirmou aqui hoje. Terceiro ponto; cada um é responsável pelas suas decisões. A nossa decisão foi tomada em consciência, os três membros do Executivo, os dois votos a favor é para permitir que este Relatório de Prestação de Contas passe, não é por nós, é por vocês, que passe pela questão de tudo aquilo que é responsabilidade de quem geriu a Câmara, não vai ficar chumbado, vai passar. Mas, agora a abstenção do Presidente da Câmara prende-se, exatamente, por durante os últimos quatro anos ter acompanhado de perto tudo aqui o que se passou e haverá as consequências disso. Tal como também haverá as consequências da sua decisão de votar contra, sobre aquilo que hoje afirmou aqui. Porque nós não podemos apenas e só, de ânimo leve, afirmar questões que foram bem explícitas, como foi o caso da questão da DGAL, da questão do ROC, da questão do FAM e tudo aquilo que é inerente à vida do Município. Por isso, que fique bem claro e taxativo, a minha abstenção prende-se apenas e só por não ser responsabilidade deste Executivo autárquico as contas que estão em curso, quando nós apenas estivemos dois meses e meio de governação, no ano de 2021. Também que fique claro, que mostra bem a posição de quem é que quer o que para o Concelho de Freixo de Espada à Cinta e quem é que quer que o futuro do Concelho de Freixo de Espada à Cinta continue na estagnação como estava nos últimos oito anos, ou de quem quer que o Concelho de Freixo de Espada à Cinta avance para a frente, assuma as dívidas que tem e que assuma tudo aquilo, os problemas que tem de enfrentar para os superar. Por isso, fica aqui bem claro, aquilo que nos distingue a ambos, porque de um lado está a estagnação do passado e do outro lado está o futuro do presente deste Concelho.”

Foi entregue, pelo Técnico Superior de Contabilidade, Dr. António Morgado, durante a reunião, o documento de certificação das contas, DRAFT.



----- **COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ASSEMBLEIA DE ABRIL DE 2022 – TOMADA DE CONHECIMENTO:**

Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Está aí tudo aquilo que está espelhado, aqui não omitimos nada. Está aí o quadro dos contratos que foram celebrados ultimamente, qual é a duração dos mesmos e os valores implicados.

Passo a palavra ao Vereador da Oposição se quiser tecer algum comentário esteja à vontade, embora seja uma tomada de conhecimento.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **INFORMAÇÃO RELATIVA AO ALERTA PRECOCE DE DESVIOS DO MUNICÍPIO À DATA DE 13 DE ABRIL 2022 - N.º 1 DO ARTIGO 56º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO – TOMADA DE CONHECIMENTO:**

Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Aquilo que diz, aquilo que me cumpre mais frisar é o ponto três; face ao exposto, cumpre-me, informar que, à semelhança do ano de 2021, e de acordo com a informação enviada através do SIAL o município mantém-se em situação de incumprimento.

Quer falar sobre isto?

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **APRECIÇÃO E DECISÃO DO IMPEDIMENTO DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA PARA INTERVIR EM QUALQUER MATÉRIA RESPEITANTE AO PROCESSO N.º 216/20.3BEMDL – PROPOSTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:**



Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Sobre este ponto aqui, eu apenas irei intervir hoje sobre o mesmo, depois passarei a condução dos trabalhos à Senhora Vice-Presidente.

Este ponto aqui, prende-se com uma situação particular e pessoal da minha pessoa, de um processo que eu meti ao Município, enquanto Vereador da Oposição, que se prende com ajudas de custo, daquelas que foram inevitavelmente e por maldade, apenas e só, feitas de prejudicar o Vereador da Oposição na altura e de impedir que o mesmo exercesse o seu direito de prestar serviço à população sobre o mesmo. Para não me alongar mais, para não influenciar nenhuma decisão, aquilo que eu agora irei fazer é passar a palavra à Vice-Presidente da Câmara, que eu tive oportunidade de enviar atempadamente um requerimento que quero que seja aqui hoje votado e a partir daí não irei proceder com mais nenhuma palavra, nem irei imitar mais nenhuma palavra sobre o mesmo. A minha forma de ser e de estar na vida é com máximo rigor, transparência e honestidade, não é por no passado, terem feito queixas quem me antecedeu para a Procuradoria-Geral da República, que foram arquivadas e não deram em nada. Que foram feitas apenas e só, com maldade, apenas e só isso, alguém que tentou prejudicar a minha vida pessoal e profissional, no passado, não irei imitar nenhuma opinião mais sobre isso. Quer quem me antecedeu e quer quem a acompanhou também nesses processos. Por isso, aquilo que eu tive que fazer foi decorrer aquilo que existe a nível nacional e que é superior a todos nós, que é à justiça. E à justiça o que é da justiça, à política o que é da política. Daí eu ter enviado, um requerimento para mostrar a minha posição, sobre eu proceder ou não a qualquer interferência neste processo e que não quero taxativamente, interferir em nada, que tenha a ver com o meu processo, existem leis para serem respeitadas, cumpridas e é assim que deve ser.

Por isso, passo a palavra à Vice-Presidente da Câmara, sobre este ponto em concreto.

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente Prof.<sup>a</sup> Ana Luísa Peleira que referiu: “Antes de ler o requerimento, eu só vou dar uma nota e depois no fanal falaremos sobre ele.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: “Até me posso ausentar, enquanto estiver a fazer isso. Eu ausento-me até da reunião, quando acabar peço só que me alertem e chamem, que eu aqui não basta



parecer, tem de se ser e efetuar para mim as coisas são como elas são. Fica a condução dos trabalhos pela Vice-Presidente da Câmara, neste momento.  
(O Sr. Presidente abandonou a sala)

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente Prof.<sup>a</sup> Ana Luísa Peleira que referiu: “Este requerimento foi recebido no dia dezanove do quatro, na parte da manhã, eu vou lê-lo e depois falaremos sobre ele no final, porque ele vai ter de ser votado e depois teremos de falar.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.<sup>o</sup> Ricardo Madeira que referiu: “É um requerimento do Senhor Presidente, certo?”

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente Prof.<sup>a</sup> Ana Luísa Peleira que referiu: “Do Senhor Presidente sim, e como a hierarquia funciona, foi para mim, que é o membro seguinte.

Refere o seguinte: «Eu, Nuno Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, tendo recentemente apresentado, na qualidade de Autor, um Requerimento no âmbito do processo n.º 216/20.3BEMDL, onde é Réu o Município de Freixo de Espada à Cinta, e uma vez que, nos termos do disposto do artigo 35.º, n.º1, alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, cabe-me a mim “Representar o município em juízo e fora dele”, considero que, atenta a circunstância de ser Autor nesse Processo, me encontro numa situação de Impedimento nos termos do disposto do artigo 69.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, nos termos do qual (e vou citar) “1 – Salvo o disposto no n.º 2, os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato direito público ou privado da Administração Pública, nos seguintes casos: a) Quando nele tem algum interesse, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa;”

Caso se entenda que esta não é uma situação de Impedimento, sempre é um dos casos em que devo requerer a Escusa e Suspeição, uma vez que dispõe o artigo 73.º, n.º 1, alínea e), do Código do Procedimento Administrativo que (e passo a citar):

**“ 1- Os titulares de órgãos da Administração Pública e respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos devem pedir dispensa de intervir no procedimento ou em ato ou contrato direito público ou privado da**



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Administração Pública quando ocorra circunstância pela qual se possa com razoabilidade duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão e, designadamente:

e) Quando penda em juízo ação em que sejam parte o titular do órgão ou agente, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente em linha reta ou pessoa com quem viva em economia comum, de um lado, e, do outro, o interessado, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente em linha reta ou pessoa com quem viva em economia comum.”

Nesse Processo – por mim instaurado em 08.07.2020 -, encontra-se a ser, por mim, impugnado a Acto Administrativo consubstanciado no Despacho n.º 4/DAF/2020, de 16.03.2020, que determinou o reembolso de quantias a mim pagas a título de Ajudas de Custo, bem como se encontra aí a ser peticionada a condenação do Município de Freixo de Espada à Cinta no pagamento, a mim, das quantias que ficaram suspensas de pagamento, bem como as ainda por vencer à data da instauração da Ação, enquanto exerci funções em Lisboa, na qualidade de Adjunto no Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (início a 10.01.2019), e, simultaneamente de Vereador na Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta (início a 19.10.2017).

Por essas razões, considero que me encontro absolutamente impedido de intervir em qualquer matéria respeitante a esse Processo em que sou Autor, seja a nível da participação em reuniões onde seja abordado esse Processo, seja na tomada de qualquer decisão que se afigure necessária no seu âmbito, por parte do Município.

Manifesto, por isso, pretender suspender toda e qualquer atividade e/ou intervenção no âmbito do referido Processo, uma vez que os factos por mim acima relatados são suficientes e bastantes, para ser declarado o meu impedimento.

Pelo exposto, venho, pelo presente, e ao abrigo da aplicação conjugada do disposto nos artigos 70.º a 75.º, do Código do Procedimento Administrativo, comunicar e arguir o meu Impedimento (e/ou Escusa e Suspeição), requerendo que a Decisão deste Incidente seja tomada pela Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 5, do Código do Procedimento Administrativo, no qual se prevê que n.º 5 tratando-se do impedimento do Presidente, no qual se prevê que “5 – Tratando-se do impedimento do presidente do órgão colegial, a



decisão do incidente compete ao próprio órgão, sem intervenção do presidente.”

Mais requeiro, por fim, a nomeação/designação do meu substituto nos termos legais.»

Isto foi entregue no dia dezanove e, entretanto, eu já o enviei para os advogados. Todo este processo vai estar à parte do Presidente, como compreendem, e agora o que nós temos que votar aqui é se de facto há ou não impedimento por parte do Senhor Presidente. Eu creio que há.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “É evidente, eu sinceramente, antes de mais, Vice-Presidente, se me permite, pode-me facultar uma cópia desse requerimento?”

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente Prof.ª Ana Luísa Peleira que referiu: “Posso.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Obrigado. Há outra situação que acho que é evidente: sendo o Presidente da Câmara uma das partes interessadas do processo e colidindo, não é, com o facto também, colidindo entre aspas, como é evidente, “colidindo” com o facto de ser Presidente da Câmara é claro que há aqui conflito de interesses e tem de haver impedimento. Isto até, sim senhora, estão aí apontadas uma série de questões legais, mas acho que isto até é mesmo de bom senso, que é mesmo assim.

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente Prof.ª Ana Luísa Peleira que referiu: “Mas, para seguirmos os trâmites legais, temos de então dar aqui a nomeação, sendo que, o que me disse o advogado é que, na ausência do Presidente, quem fica como responsável pelo processo, será o órgão, portanto, o elemento logo a seguir, que serei eu. Isto significa que eu não estou a par, muito sinceramente, do procedimento. Eu vou ter que agora comunicar aos nossos advogados, para a firma de advogados que estava a tratar disso, que me ponha a par de todo o processo e depois, a partir daqui, conduzirei eu todo o assunto. Sendo que, para já, fica aqui já definido que toda e qualquer decisão e todo e qualquer assunto que envolva esta situação nunca será falado com o Presidente, porque não pode. Se não, também estou eu em causa, a minha palavra e as coisas que vierem daí.



Ar  
WL

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Só duas notas: uma delas; prende-se que efetivamente com o que está aí no requerimento, por o que eu entendi, é de Lei mesmo, independentemente ou não de ser uma competência do Presidente, é de Lei a Câmara ter que deliberar sobre o impedimento dele. Pelo menos acho que foi isso, no final que leu. Outra situação; eu também quando recebi a convocatória quer dizer, como também não sabia o que é que constava, até há aqui outro ponto no âmbito deste processo, que foi retirado.

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente Prof.ª Ana Luísa Peleira que referiu: “A culpa foi minha.

Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Ricardo Madeira que referiu: “Não tem problema nenhum, eu, efetivamente, enviei um email ao Município, que depois foi respondido, penso que foi até dada resposta a todos os intervenientes por email. Efetivamente, porque eu não sabia do que é que constava este processo e daí, entender agora, perfeitamente qual é, que é a razão do impedimento. Por isso, se quiser podemos passar para a votação.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a informação em apreço e nomear a Vice-Presidente. -----  
O Senhor Presidente da Câmara manifestou o seu impedimento legal, ausentou-se da sala neste ponto da ordem do dia, tendo sido dado cumprimento ao estatuído do artigo 31º, n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro. ----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a ata sob a forma minuta com vista a sua executoriedade imediata. -----

**ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara foi declarada encerrada a



---

reunião, eram onze horas e trinta e sete minutos da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

E eu, *Victor Manuel Glória Renteria* Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

O Presidente da Câmara

O Assistente Técnico